

## 1. Introdução

O turismo<sup>1</sup> representa um importante instrumento de transformação das sociedades, que promove a inclusão social, oportunidades de emprego, novos investimentos, receitas e empreendedorismo; além de ser uma atividade de relevante importância para a economia mundial, pois, é atualmente uma das mais rentáveis e promissoras em franca expansão no mundo. Esta actividade, em 2001 constituiu uma indústria internacional de extrema importância, contribuindo por cerca de 4.2% do PIB mundial e empregando 8.2% da população mundial economicamente ativa<sup>2</sup>, onde a África Sub Sahariana<sup>3</sup> cresceu 7,5% do emprego. Este crescimento, representa uma contribuição de 10,6% da força de trabalho global e cerca de 10,2% do produto nacional bruto mundial, além de gerar receitas no valor de 655 bilhões de dólares<sup>4</sup>.

O negócio turístico movimentava muitas pessoas e divisas entre os países, além de movimentar também muitos outros setores em sua cadeia produtiva.

Deste modo, muitos países do mundo em geral e dos países em desenvolvimento, em particular elegeram o turismo como principal fonte de desenvolvimento económico, captação de divisas, investimentos e criação de emprego.

Neste contexto, o turismo é apontado como uma alternativa económica necessária para a preservação e conservação de áreas naturais. O resultado dessa atividade pode trazer benefícios tanto de ordem socioeconómica como ambiental, visto que, dependendo da área de conservação é possível estabelecer objetivos na manutenção da diversidade natural, cultural, no favorecimento da pesquisa científica, da educação ambiental, proteção da fauna e flora silvestres, recreação, dentre outras.

O desenvolvimento, assim como as novas tendências no turismo, têm originado novos modelos de turismo, centrados na busca por práticas alternativas sustentadas por princípios de sustentabilidade e um deles é o ecoturismo.

A crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais intactos e a fuga de *stress* dos grandes aglomerados urbanos faz com que o ecoturismo se tornasse o segmento do turismo com maior índice de crescimento nos últimos tempos, destacando-se como uma

---

<sup>1</sup>Turismo, abrange as atividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais de um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios e outros. O ambiente habitual de uma pessoa é a área em torno do seu local de residência, além de outras que visite com frequência. (OMT, Licínio cunha, 2013).

<sup>2</sup> PEDTM (2004-2013): 12.

<sup>3</sup> PEDTM,(2004-2013): 12.

<sup>4</sup> VILLAVERDE. 2003: 56-57

nova fonte de renda, preocupada com a conservação do meio ambiente e da cultura das comunidades locais.

Dados da Organização Mundial do Turismo referem que o turismo de natureza corresponde a 7% das despesas das viagens internacionais<sup>5</sup> (OMT, 2001). De igual modo, a *International Ecotourism Society* (TIES) estima que o ecoturismo e outras formas de turismo relacionadas com a natureza ocupam uma participação no mercado de aproximadamente, 20% do total das viagens internacionais (TIES, 2000)<sup>6</sup>. Apesar dos dados apresentados, o ecoturismo ainda não conta mundialmente, com estimativas muito precisas sobre o mercado que representa e do seu potencial de crescimento.

Dada a ênfase na conservação ambiental e nos benefícios proporcionados às populações das áreas envolvidas, não é surpresa que o ecoturismo esteja a crescer significativamente e a ganhar aceitação na comunidade internacional. Neste âmbito, que a Organização Mundial do Turismo (OMT), organismo setorial das Nações Unidas declarou o ano de 2002 como o ano internacional do Ecoturismo.

O ecoturismo é um segmento de turismo que se tornou uma importante atividade económica em áreas naturais a nível mundial nos últimos tempos, ela proporciona atividades recreativas além dos visitantes de desfrutar da natureza. Esta atividade possui conceito e princípios que propõem contribuir para conservação da biodiversidade dentro e fora das áreas protegidas<sup>7</sup>, de aprenderem sobre a importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais assim como a geração de renda para a conservação e benefícios das comunidades locais. O seu termo designativo de um segmento do turismo inserido no conjunto de alternativas turísticas, ganha espaço privilegiado para abordagem mais ampla e análise mais detalhada.

O ecoturismo surge e se impõe como uma rotulação ampla e indiscriminada utilizada para representar um consumo variada e não bem definido de atividades e atitudes no campo

---

<sup>5</sup> Organismo internacional que trata as questões relacionadas com as viagens no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) OMT, 2001.

<sup>6</sup> Uma Organização sem fins lucrativos comprometida com a promoção de práticas de turismo responsável que beneficie a conservação e comunidades. International Ecotourism Society (TIES, 2000).

<sup>7</sup> De acordo com (IUCN) área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficientes, com o fim de obter a conservação ao longo do tempo da natureza com os serviços associados ao ecossistema e os valores culturais. NTELA, 2013.

das viagens turísticas, que se posicionam na interface<sup>8</sup> turismo e ambiente. O ambiente aqui compreende particularmente aqueles espaços naturais pouco alterados e culturas nativas<sup>9</sup>.

A presente dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Turismo Património e Desenvolvimento e tem como tema “O ecoturismo e Desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo.

As Áreas de conservação têm-se firmado como espaços ideais e legítimos para a prática do ecoturismo nas últimas décadas. Isso ocorre em parte por serem espaços que concentram a maior variedade de atrativos naturais relevantes e preservados.

O ecoturismo coloca-se como componente essencial para desenvolvimento sustentável, pois requer uma abordagem multidisciplinar, um planeamento cuidadoso e uma gestão eficaz que garanta um funcionamento estável que conduza ao alcance dos seus objetivos<sup>10</sup>.

Por isso é visto como uma área que pode contribuir para o desenvolvimento económico e para a preservação do ambiente dos países em desenvolvimento como é o caso de Moçambique.

Moçambique é dotado de uma variedade de sistemas ecológicos que são ricos em espécies endémicas, com elevado potencial para o desenvolvimento do ecoturismo devido a existência de áreas de conservação por todo país. O seu invejável conjunto diversificado de recursos naturais com níveis de conservação digno de realce na região austral da África pode promover o desenvolvimento de uma indústria de turismo baseada na natureza. Este país concentra ainda um conjunto de belezas cénicas com paisagens terrestres e marinhas de valor excepcional, tornando-se ideal para desenvolvimento de várias atividades turísticas com destaque para observação de animais de grande porte, pássaros, pesca desportiva, mergulho, canoagem, trilhas ecológicas e ainda apreciação de manifestações culturais das comunidades locais.

O turismo é um impulsor de desenvolvimento local, que produz rendimento aos vários intervenientes que prestam serviços diretos e indireta. Nos últimos anos tem associado o seu desenvolvimento e efetivação das políticas públicas assim como nas tendências de procura turística, compromisso com a conservação dos recursos naturais, culturais e a inclusão social das comunidades recetoras.

---

<sup>8</sup> Elemento de ligação de dois ou mais componentes de um sistema. Dicionário da Língua Portuguesa. 2013:916

<sup>9</sup> A partir da ecologia e do turismo, dois temas em grande evidência na atualidade, formou-se o ecoturismo, nova atividade dotada de conceito e contextos próprios. PIRES, 2002: 272.

<sup>10</sup> CEBALLOS, 2002:26.

O debate sobre o turismo, assim como suas relações com problemáticas ambientais, demonstra a sua atualidade e relevância, ao mesmo tempo que exige análises cada vez mais rigorosas em busca de sua compreensão. Encontrar alternativas de desenvolvimento que contribuam para melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Aliada a preservação do património ambiental e sociocultural, tem sido um desafio para todos os envolvidos. O ecoturismo é uma atividade económica que surge como alternativa de desenvolvimento local e sustentável para comunidades em ambientes frágeis, por se caracterizar em promover o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a consciência ambiental e o bem-estar da sociedade envolvida.

O ecoturismo é um segmento do turismo que se distingue das restantes formas de turismo sustentável por agrupar um conjunto de princípios que visam a preservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e a sensibilização do visitante para as questões da área visitada. Sendo o ecoturismo uma atividade promissora de desenvolvimento sustentável desperta o interesse e a curiosidade de se perceber as oportunidades que o mesmo oferece.

### **1.1. Problemática da pesquisa**

O ecoturismo é hoje uma atividade ampla e em crescimento em muitos países. Uma das principais vantagens do ecoturismo é de proporcionar um impulso que favorece tanto à conservação quanto o desenvolvimento local através da geração de emprego e renda. Por isso, é eleita por vários países como oportunidade de promover o desenvolvimento socioeconómico e propiciar a população local fontes de renda sem degradar os recursos naturais.

Neste sentido, o ecoturismo seria hoje a estratégia mais viável de desenvolvimento, por aliar a educação e a troca de valores e percepções ou respeito pelos recursos culturais, tradicionais e naturais. Assim como pode ser um importante aliado na busca da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento local sustentável. Evidencia-se, nesse contexto, que a atividade do turismo, através do seu efeito multiplicador, pode se constituir em um centro dinamizador desenvolvimento partindo da localidade e alcançando as áreas adjacentes.

A responsabilidade pelo ambiente passa a ser assumida não só pela população local e pelos turistas, mas também pelos demais segmentos públicos e privados envolvidos na atividade, possibilitando assim, de fato, o desenvolvimento local associado a proteção ambiental.

O ecoturismo se caracteriza por ser um segmento do turismo de natureza que utiliza o património natural de forma sustentável e que procura sua proteção por meio da sensibilização e da educação ambiental. Porém, o termo património natural vai muito além dos aspetos relacionados ao meio biótico (ou a biodiversidade). Na verdade o património natural envolve formações biológicas e geológicas, porém no ecoturismo as formações geológicas não são tratadas com mesmo grau de profundidade, no entanto, embora os aspetos associados ao meio abiótico, especialmente o relevo, também sejam atrativos para o ecoturismo, o maior apelo para este segmento são, sem dúvida, os atrativos relacionados ao meio biótico (fauna e flora).

A Reserva Especial de Maputo dotada de recursos culturais, paisagísticos e naturais únicos, tem vindo a afirmar-se nacional internacionalmente no turismo de natureza e no ecoturismo.

Assim, face à importância estratégica deste setor e ao papel que a atividade ecoturística detém neste local, apresenta-se a seguinte problemática: *até que ponto a atividade ecoturística praticada na Reserva Especial de Maputo contribui para o desenvolvimento local?*

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo geral**

Apresente dissertação tem como objetivo geral:

Evidenciar a importância da atividade ecoturística praticada na Reserva especial de Maputo na melhoria das condições socioeconómicas das populações residentes nesta zona.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

- Caracterizar a atividade ecoturística prática na Reserva Especial de Maputo em relação aos aspetos físico naturais e de infraestrutura;
- Avaliar a importância do ecoturismo na REM para a promoção do desenvolvimento local;
- Propor actividades estratégicas de prática do ecoturismo que promovam melhorias das condições socioeconómicas das populações residentes na REM.

A REM é um local onde o ecoturismo pode se afirmar como um importante setor de atividade e motivador do desenvolvimento local sustentável, pela sua localização (próxima da cidade de Maputo, fazendo fronteira com Africa de Sul e Swazilândia) situação geográfica e dotado de recursos naturais e paisagísticos únicos.

O ecoturismo tem sido palco de interesses de vários setores e em diversos níveis da sociedade. No contexto académico o ecoturismo vem sendo abordado em obras de pesquisadores como: Uma atividade recente, que vem ganhando mais força nos últimos vinte anos o debate político em torno do desenvolvimento sustentável, suscitando novas reflexões de níveis teórico e científico, embora se encontrem diversos trabalhos anteriores que muito contribuíram para aumento da consciência sobre estas questões diferentes contribuições são apresentadas na literatura sobre o ecoturismo.

Aspetos importantes da atividade são expostos de maneira a discutir os principais fatores que permeiam o ecoturismo, como a forma e a época em que o segmento surgiu e as infinitas definições elaboradas ao longo dos anos.

Para elucidar o conceito de ecoturismo, é importante entender como o turismo é observado e identificado em sua relação direta com os princípios ambientais da sustentabilidade, capaz de gerar desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida dos envolvidos e conservar o património natural e cultural dos locais visitados, propiciando também plena satisfação do turista.

### **1.3. Estrutura do trabalho**

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos: o primeiro, para além da introdução integra a descrição do tema, os objetivos, o quadro teórico do estudo e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo apresenta a origem e evolução de ecoturismo; menciona os principais conceitos e princípios que norteiam o ecoturismo, aponta os impactos do ecoturismo sua relevância e dimensão para o desenvolvimento local. O terceiro capítulo apresenta uma discussão do conceito de desenvolvimento e sua mudança de paradigma para o desenvolvimento sustentável e local. O quarto capítulo descreve a metodologia de investigação usada e as técnicas aplicadas para a recolha de dados na da Reserva Especial de Maputo.

O quinto capítulo apresenta a retrospectiva do turismo em Moçambique, a localização do Distrito de Matutuine e da Reserva Especial de Maputo, a caracterização física natural da REM e a atividade turística na REM. O sexto capítulo é dedicado à apresentação dos resultados obtidos do estudo de caso realizado nesta dissertação e a conclusão do trabalho e recomendações para próximos estudos.

## **2. Enquadramento teórico**

Este capítulo destina-se a traçar algumas linhas orientadoras e pressupostos teóricos básicos em torno do tema, procurando nos dar a conhecer de forma sumária o que se tem escrito sobre o ecoturismo, também são apresentadas algumas abordagens sobre o conceito de desenvolvimento e sua evolução.

### **2.1. Ecoturismo**

O termo ecoturismo formou-se a partir da palavra “turismo” (de origem francesa) + o prefixo “eco” que etimologicamente vem (do grego oikos, que significa casa ou habitat). “O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos é, em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento”<sup>11</sup>

#### **2.1.1. Origem Evolução do Ecoturismo**

Segundo vários autores, o ecoturismo surgiu entre os anos 1960 e 1970, como consequência direto do reconhecimento global da necessidade de adotar práticas sustentáveis, que atravessaram todas áreas de desenvolvimento da ação humana. Conforme apontam Wearing e Neil (2001), essa forma de turismo foi concebida como uma alternativa às ameaças culturais e ambientais causadas pelo turismo de massa O ecoturismo surge como uma modalidade turística alternativa capaz de mitigar os impactos ambientais negativos, promover o desenvolvimento ecológico integrado pela exploração adequada das potencialidades dos atrativos naturais e propiciar um crescimento económico, bem como a aplicação dos princípios ambientais, valorizando o património natural, incentivar a responsabilidade social e promover o envolvimento dos aspetos culturais em busca de uma economia equilibrada.

Fennell (2002), considera que a ideia de ecoturismo é bastante antiga, sua manifestação surge com as primeiras preocupações sobre os recursos naturais. Enquanto para Western (2002), aponta que as origens do ecoturismo são “mais evolutivas que revolucionárias. As raízes do Ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre.

Para Ceballos-Laucráun (2002), considera que, sob uma perspectiva histórica, a palavra ecoturismo não existia há poucos anos, mas a atividade ecoturística sempre existiu em pequena escala. Este fato não se compara ao fenómeno que passou a representar no fim do século XX, com perspectiva de crescimento no século XXI uma tendência, que de acordo com Wearing e Neil (2001), é fundamentada na alteração do relacionamento do homem com a

---

<sup>11</sup> WEARING, Stephen e NEIL John. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo, Manole, 2001: 5

natureza. Embora, iniciativas de turismo na natureza ou de natureza, ter surgido da necessidade e curiosidade humana de conhecer lugares distantes (exemplo de Humboldt, Darwin, Bates e Wallace)<sup>12</sup>. Mas suas experiências foram poucas e esporádicas, tão isoladas que não produziram benefícios socioeconômicos significativos para os lugares visitados, nem as atividades desenvolvidas pareciam ter a intenção de ser um meio para a conservação de áreas naturais, de culturas nativas ou de espécies em perigo de extinção<sup>13</sup>.

Contudo, Segundo Fennel (2002) e Western (2002) o grande passo para o ecoturismo surgiu no ano de 1872 com a criação do a primeiro espaço legalmente protegido, o Parque Nacional de Yellowstone, no Estado Unidos da América, no ano 1872, como resultado da pressão dos ambientalistas e dos amantes da natureza, que iniciam as atividades no ambiente natural com características de “turismo ecológico” ou em sua conceção mais recente, o ecoturismo<sup>14</sup>. O parque proporcionava uma experiência única no contato com a natureza.

Os visitantes que, há um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone eram tanto ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pinguins da Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize, ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos”<sup>15</sup>. O segundo grande passo para o surgimento do termo ecoturismo e para sua evolução pode-se referenciar safaris<sup>16</sup> de caça na África, bastante comum entre as classes elitistas europeias no final do século XX, mantêm relação com o ecoturismo. Foi no mesmo século que os safaris de caça deram lugar aos safaris fotográficos os quais passaram a pregar a não destruição ambiental, a favor dum convívio harmonioso e principalmente contemplação da natureza<sup>17</sup>.

Para os autores Fennel (2002); Pires (2002); Blamey (2001) consideram que foi W. Hetzer que utilizou pela primeira vez o termo ecoturismo em 1965 em seu livro Meio ambiente, Turismo e Cultura. O autor utilizou esse conceito para explicar a interação proveniente do relacionamento entre os turistas, o meio ambiente e as culturas nos quais eles interagem. Dando como exemplos mais ilustrativos da evolução do ecoturismo, os empreendimentos de turismo de natureza, da segunda metade do século XIX e início do século XX, no turismo baseada na vida selvagem na África. O autor, identificou quatro

---

<sup>12</sup> Naturalistas que viajaram pelo mundo para estudarem fauna e flora de regiões até então pouco conhecidas dos europeus. E Wallace e Bates faziam expedições com objetivo de estudar e coletar espécies (insetos pássaros, peixes, etc). Morgante, 2013.

<sup>13</sup> Ceballos, 2002: 25.

<sup>14</sup> Pires, 2002: 31.

<sup>15</sup> Western, 2002: 15.

<sup>16</sup> Safari é uma palavra Swahili que significa viagem, jornada. Tem origem no árabe (safra) que significa viagem.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, 2009: 22

características fundamentais a serem seguidas pelo ecoturismo<sup>18</sup>: respeitar as culturas locais; minimizar impactos ambientais; maximizar a satisfação dos turistas participantes; maximizar os benefícios para comunidades locais.

Entretanto, para vários autores, acreditam que o arquiteto Hector Cebalos-Lascuráin foi o pioneiro na introdução do termo ecoturismo, na década 1980. O mesmo recorreu ao termo para designar o turismo de natureza fundamentado nas questões educacionais e de sustentabilidade. O conceito foi apresentado em 1987 e, pela sua primazia, tornou-se bastante difundido na literatura da especialidade, abrindo o caminho para os debates entre os diversos atores.

Com isso, o conceito de ecoturismo, os atores passaram a se preocupar com os impactos negativos que provocavam ao meio ambiente, colocando em discussão novas formas mais responsáveis de se praticar o turismo, como por exemplo, o turismo relacionado ao ambiente e às culturas de uma sociedade.

Esta atividade passou a ser um fenómeno característico do final do século XX. Este fato deve-se à crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos tornando o ecoturismo num segmento do mercado internacional do turismo com maiores índices de crescimento dos últimos tempos<sup>19</sup>.

Deste modo, Wearing e Neil (2001) acrescentam que o crescente interesse global e o aumento exponencial do Ecoturismo não podem ser explicados como qualquer de muitas tendências no ramo do lazer. Pelo contrário, essa tendência reflete a mudança fundamental no modo como os seres humanos observa a natureza e se relacionam com ela<sup>20</sup>.

### **2.1.2. Conceitos e Princípios do Ecoturismo**

O conceito de ecoturismo é muitas vezes confundido com o de turismo sustentável, mas este último abrange o primeiro e é mais amplo, uma vez que o conceito de sustentabilidade pode ser aplicado em diferentes segmentos do turismo.

O ecoturismo baseia-se na observação de natureza e desenvolve-se maioritariamente nos países em desenvolvimento, onde existe uma grande diversidade biológica, uma natureza preservada, parques nacionais, reservas naturais e comunidades locais que mantêm os seus estilos de vida e atividades tradicionais.

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA, 2009: 22

<sup>19</sup> ORAMS. 2001: 24.

<sup>20</sup> WEARING, e NEIL, 2001: 1

Ainda não existe consenso na literatura científica que permita a formulação de uma definição universal de ecoturismo, existindo atualmente muitas e diversificadas definições. A ideia do ecoturismo é conceituada por diferentes autores como uma solução para o uso adequado de ambientes naturais, visando a sua conservação. Com a integração do conceito de sustentabilidade, verificou-se uma tendência: da utilização de termos primeiramente relacionados com o local onde a experiência ecoturística decorre, as definições passaram a integrar termos relativos a valores ou princípios como conservação, educação, ética, sustentabilidade, impactos e benefícios locais.<sup>21</sup>

Dada ampla margem de interpretações e aos mais variados interesses envolvidos, apresentam-se a seguir algumas definições conceituais de ecoturismo de alguns estudiosos e especialistas.

Tabela nº 1: Principais conceitos de ecoturismo

Héctor Ceballos Lascurain (1983) Viagens ambientalmente responsáveis, com visitas às áreas naturais relativamente sem distúrbios ou contaminação, com objetivos específicos de estudos, contemplação e desfrute dos cenários, plantas e animais da vida silvestre, juntamente com as manifestações culturais do passado e do presente que possam existir nesses locais. (citado em Pires 2002: 145).
Ziffer, K. (1989): Forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo-se a população nativa. O ecoturista visita áreas não desenvolvidas, pelo espírito de apreciação, participação e sentidos. O ecoturismo pratica o uso não destrutivo da vida selvagem e dos recursos naturais e contribui para a área visitada, através da geração de trabalho e dos financiamentos que têm em vista o benefício à conservação do local e à economia dos residentes. (cit. em Diamantis, 1999: 98).
Boo, E. (1991) Ecoturismo é uma forma de turismo de natureza que contribui para a conservação, através da geração de receitas para áreas protegidas, criando oportunidades de emprego para comunidades locais e oferece educação ambiental. (cit. em Diamantis, 1999: 98).

<sup>21</sup> FENNELL; 2002b: 42.

Weaver (2001: 105) O ecoturismo é uma forma de turismo baseado na natureza que busca a sustentabilidade ecológica, económica e sociocultural enquanto provê oportunidades de apreciação e aprendizagem sobre o meio ambiente natural e temas correlatos.

IES . Ecotourism Society (1990): viagem a áreas naturais para compreender a cultura e a história natural do meio ambiente, preocupando-se em não alterar a integridade dos ecossistemas; produção de oportunidades económicas que tornam a conservação dos recursos naturais benéficos às pessoas da comunidade local. (cit. Drumm e Moore, 2003, pp.15)

ATEC - Associação Talamanca para o Ecoturismo e Conservação em Costa Rica (1991): ecoturismo significa muito mais do que livros de pássaros e binóculos, muito mais do que arte nativa a decorar paredes de hotéis ou pratos típicos no cardápio de restaurantes. Ecoturismo não é turismo de massas atrás de um ambiente verde. Ecoturismo significa um permanente esforço para a defesa da terra, a proteção e sustentação de comunidades tradicionais.

Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo (1994): um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Fonte: Souza, 2006.

Essas definições apresentam aspetos em comum que se configuram como algumas das premissas que envolvem o ecoturismo: enfatizam a natureza, a história natural a característica e originalidade das culturas nativas, a preocupação com os impactos socio ambientais, a geração de benefícios para comunidades locais, o conhecimento e educação sobre ambientes visitados para importância da área e do meio natural como um todo.

Para Fennel, citado por Souza as definições dos governos e instituições colocam um maior foco em interesses associados à conservação, educação, cultura, economia e benefícios aos locais quando comparado às definições dos académicos. No entanto, uma leitura rigorosa destas definições não suscita maiores discrepâncias face às postulações dos autores referidos<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> SOUZA, 2006: 50-51.

Essas definições apresentam aspetos em comum que se configuram como algumas das premissas que envolvem o ecoturismo: o baixo impacto, que deve ser entendida como atividade de mínimo impacto possível; o bem-estar das comunidades envolvidas, entendendo-se como bem-estar económico e social das comunidades em torno do local onde a atividade ocorre; e a conservação da área visitada. Entretanto, entende-se que a conservação seria possível, por meio de educação do turista e da comunidade local para importância da área e do meio natural como um todo.

O ecoturismo é definido de acordo com diversos fatores e atores envolvidos na atividade: as motivações dos turistas durante a viagem; o comportamento deles no meio ambiente; a preocupação do empreendimento com base de recursos; e, além disso é definido de acordo com os benefícios produzidos para as comunidades locais.

Os aspetos comuns destes conceitos expressam a ideia do compromisso com a natureza e com a responsabilidade social, não só do viajante, mas também daqueles que são os facilitadores do contato do turista com a natureza, como governos, operadores comerciais, organizações, assistenciais e conservacionistas.

A definição de ecoturismo apresenta algumas divergências. Pode ser expresso de forma ampla classificando-o como todo o tipo de observação e contacto com a natureza. Alguns órgãos reguladores e universidades, por outro lado, tratam a atividade de forma mais restrita, vinculando-a obrigatoriamente às práticas de conservação ambiental e ao envolvimento local.

Percebe-se que esse tipo de atividade turística possui um diferencial pelo fato de suas ações poderem criar um debate relacionado sempre à conservação do meio ambiente e respeito com as comunidades.

Na mesma linha de pensamento, Rocktaeschel diferencia o ecoturismo dos outros tipos de turismo de natureza por este abranger na sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável, e a valorização das culturas tradicionais locais, guardando, portanto, uma afinidade incontestável com unidades de conservação, particularmente, com os parques nacionais<sup>23</sup>.

Neste âmbito, o ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, uma miscelânea de interesses que podem emergir de preocupações de ordem ambiental, económica e social. Nos últimos anos, os riscos de um fluxo elevado de visitantes

---

<sup>23</sup> ROCKTAESCHEL, 2006:27.

às áreas naturais tornaram-se uma grande preocupação e os conservacionistas têm trabalhado muito com o objetivo de aliar ao turismo a preservação da natureza<sup>24</sup>.

Para o Fennell, ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que evidencia principalmente a experiência e a aprendizagem sobre a natureza; é gerido de forma ética para manter baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.<sup>25</sup>

### **2.1.3. Princípios de ecoturismo**

Os princípios abordam aspetos de extrema importância relacionados como o mínimo impacto ao meio ambiente e à população local; a consciência e compreensão dos visitantes quanto aos sistemas naturais e sociais; a contribuição da atividade para a conservação e à gestão das áreas; a maximização da participação da população local, nas decisões quanto ao tipo e quantidade do turismo a ser praticado; o direcionamento dos benefícios económicos à população local e a oferta de oportunidades à população local e trabalhadores do turismo, para conhecerem os atrativos naturais que chamam a atenção de tantos visitantes.

Tabela nº 2 Princípios de ecoturismo

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>- O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.</li><br/><li>- Assegura uma distribuição justa dos benefícios.</li><br/><li>- Cria emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.</li><br/><li>- Estimula as indústrias locais rentáveis (hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes) e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia.</li><br/><li>- Injeta dinheiro novo na economia local.</li><br/><li>- Diversifica a economia local.</li></ul> |
|---|

---

<sup>24</sup> WESTERN, 2002: 16

<sup>25</sup> FENNELL, 2002: 52

- É fruto de decisões de todos os segmentos da sociedade.
- Assegura o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
- Estimula a melhoria da infraestrutura comunitária local.
- Cria instalações recreativas que podem ser usadas por todos.
- Estimula a preservação dos lugares, edifícios e bairros históricos.
- O turismo natural estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
- Monitora, avalia e administra os impactos do turismo.

Fonte: Adaptada Wearing e Neil 2001: 13 e WWF 2003:25

De uma forma ou de outra os vários autores referem sempre a questão da sustentabilidade apontando para os valores ambientais e culturais do local visitado, assim como para o grau de responsabilidade e consciência dos visitantes.

Para se alcançar a sustentabilidade através do ecoturismo é necessário um planeamento e adequadas formas de gestão para que beneficie a comunidade local, assim como, a referência à dimensão da educação como forma de interpretação da realidade natural e cultural envolvente.

O ecoturismo serve como um meio para a solução dos graves problemas ambientais e contribui com mudanças capazes de reverter a destruição hoje existente ao promover uma relação do homem com o espaço natural onde atua<sup>26</sup>.

A sustentabilidade, que deve ser alcançada através do equilíbrio entre aquilo que é a base do ecoturismo, a realidade ambiental e cultural do local, e a viabilidade económica do mesmo, o que obriga à definição de estratégias económicas adequadas.

A comunidade local, fator essencial para uma efetiva implementação do ecoturismo e, por isso, o envolvimento e a participação tornam-se necessários para que os investimentos apostem nas infraestruturas básicas, na formação e educação.

---

<sup>26</sup> MACHADO, 2005: 25.

#### 2.1.4. Impactos do ecoturismo

A atividade turística é muitas vezes vista apenas como positiva à natureza. Contudo, o turismo não apresenta apenas impactos positivos, mas também impactos negativos, degradantes e agressores do meio ambiente natural.

Além disso, ressaltam o planejamento como uma dimensão que visa aumentar o controlo sobre os efeitos desses impactos. Para Boo (2002), “os impactos do ecoturismo podem ser identificados pelos custos e benefícios potenciais. Quanto aos benefícios, destacam-se a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para as pessoas que vivem próximas a essas áreas e a promoção de educação ambiental e de consciencialização sobre a conservação. No entanto, existem também os custos potenciais como a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades económicas e as mudanças socioculturais negativas”<sup>27</sup>. Essa é uma das maiores críticas ao uso do turismo para o desenvolvimento, ou seja, os imensos impactos negativos trazidos para o núcleo recetor. “Tornando-se extremamente questionável a sua implementação levando em consideração os desgastes das áreas naturais que são utilizadas como recurso e ou atrativo turístico”<sup>28</sup>.

Sendo assim, os impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade ecoturística estão a princípio relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios socioeconómicos e ambientais esperados a níveis regionais e nacional. Na tabela 2 apresenta-se os impactos positivos e negativos do ecoturismo.

Tabela nº 3 impactos do ecoturismo

Impactos Positivos	Impactos negativos
Impactos Sociais	
-Investimentos na infraestrutura viária, abastecimento, equipamentos médicos e sanitários;  - Estímulo ao artesanato local e as manifestações culturais tradicionais.	Perda de valores culturais tradicionais;  Conflitos entre a comunidade local e visitantes.

<sup>27</sup> BOO, 2002: 34.

<sup>28</sup>WEARING, e NEIL, 2001: 15

Impactos Económicos	
<p>-Geração de emprego para população local, de forma direta e indireta, estimula o estabelecimento de indústrias domésticas de artesanato;</p> <p>- Melhor distribuição de renda</p> <p>Diversificação da economia local, particularmente em áreas rurais, onde o emprego na agricultura pode ser esporádico e insuficiente</p>	<p>- Sobrevalorização da terra e imóveis;</p> <p>-Aumento do custo de vida;</p> <p>- Pressão para super-exploração de áreas turísticas;</p> <p>- Concentração e perda de renda.</p>
Impactos Ambientais	
<p>Destina recursos para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas; Estimula levantamentos de fauna e flora e incentiva a pesquisa científica; Promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações e visitantes;</p> <p>Manutenção da paisagem;</p> <p>-Controle da poluição;</p> <p>- Auxílio na conservação de áreas naturais;</p> <p>- Conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente.</p>	<p>Descaraterização da paisagem;</p> <p>- Poluição da água, do solo, sonora e do ar;</p> <p>- Alteração na produção, comportamento e hábitos alimentar da biota e na produção dos animais silvestres pelo excesso de visitas e ou presença do lixo</p> <p>- Coleta e comércio ilegal de espécies silvestres;</p> <p>- Erosão e desmatamento em trilhas;</p> <p>- Abertura de estradas inadequadas;</p> <p>Compactação do solo; Desrespeito à capacidade de carga dos ecossistemas e</p> <p>-Uso de meio de transporte poluente.</p>

Fonte: Adaptada pela autora com base no Manual de formando, (s.d), Kinker 2002: 60-61.

Sendo assim, compreendendo que riscos podem ser previstos e até mesmos prevenidos, considera-se que os esforços da sociedade devem ser focados na elaboração e

adoção de medidas preventivas e mitigadoras, no intuito de diminuir o impacto gerados pelas atividades ecoturísticas e, por fim, enfatiza-se, a importância do desenvolvimento com o objetivo a análise do risco ambiental.

Um dos aspectos importantes a destacar no ecoturismo é que esta atividade não deve ser restrita às áreas protegidas legalmente, uma vez que estas podem acabar sofrendo muita pressão. Promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial, pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e áreas naturais, por iniciativa própria, e não devido à pressões externas.

O ecoturismo como viagem responsável a áreas naturais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da comunidade local, e que esse tipo de viagem depende da conservação dos recursos da área natural. O ecoturismo hoje é uma atividade ampla e em crescimento em muitos países. Uma das principais vantagens do ecoturismo é de proporcionar um impulso que favorece tanto à conservação quanto ao desenvolvimento local do turismo. No aspecto de conservação, o ecoturismo é mais facilmente vendido, pois pode gerar oportunidades de emprego em regiões remotas e a inserção comunitária no processo de decisão. Assim podemos entender que o ecoturismo é facilmente vendido por gerar emprego, promover a conservação e valorizar as relações locais, ao mesmo tempo que o empreendedor e a comunidade cuidam da conservação e promovem base econômica à comunidade local<sup>29</sup>.

O compromisso do ecoturismo é de organizar um turismo capaz de promover o desenvolvimento dentro dos critérios ambientais que garantam a manutenção de sua biodiversidade. Na realidade a proteção do ambiente natural e a promoção de um desenvolvimento mais amplo são questões interligados: para garantir os recursos que sustentam desenvolvimento, é necessário equilibrar as ações geradoras do crescimento econômico<sup>30</sup>. Ainda o mesmo autor acrescenta que esta: deve envolver ações capazes de garantir, por um lado, o sucesso do empreendimento como gerador econômico e por outro, a sobrevivência do espaço onde este ocorre. Por forma a propiciar a satisfação do operador, a experiência positiva do visitante, além de garantir a base de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento da comunidade como um todo.

---

<sup>29</sup> LINDBERG e HUBER, 2002: 143

<sup>30</sup> MACHADO, 2005: 24.

O ecoturismo tem-se mostrado como forte alternativa económica para as regiões privilegiadas em áreas naturais, valorizadas por patrimónios naturais, históricos e culturais.

De acordo com Western, o ecoturismo “é uma viagem responsável a áreas naturais a fim de preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Para este autor, o ecoturismo precisa provocar e satisfazer o desejo de estar em contato com a natureza; e explorar o potencial ecoturístico visando à conservação e o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente<sup>31</sup>.

### **2.1.5. Ecoturismo em áreas de conservação ou protegidas**

As áreas naturais protegidas são lugares de valores excepcionalmente importante para o homem, o que as torna diferentes de outros espaços, rurais ou urbanos.

Para Gamito, “as áreas protegidas ou de conservação são, pela sua natureza, locais prioritariamente destinados à conservação da natureza e da biodiversidade podem também constituir um fator de desenvolvimento local, a conservação do seu valioso património natural, paisagístico e cultural pode ser articulada com a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais”<sup>32</sup>.

As áreas naturais protegidas são uma criação social da sociedade de consumo cujos objetivos era o valor recreativo e a proteção de cenários espetaculares. E, foram variando ao longo dos tempos com locais para conservação de habitats e espécies, o qual é considerado atualmente o objetivo principal da sua criação.

O interesse em desenvolver atividades ecoturísticas em áreas protegidas é recente. Só com o início da sensibilização da opinião pública em relação aos temas e as causas ambientais, assim como o despertar para novas atitudes frente às áreas naturais<sup>33</sup>. Neste período a qualidade do ambiente começou a constituir elemento de destaque do produto turístico, e a natureza e seus componentes tornaram-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado, o ecoturismo.

O Turismo concebido nessas áreas abrange um potencial importante para a população local, por trazer diversos benefícios económicos. De acordo com a (OMT, 1998), citado em Castro e Martins, “o turismo em áreas protegidas cria oportunidade de emprego, quer no

---

<sup>31</sup> WESTERN, 2002: 18.

<sup>32</sup> GAMITO, *Áreas Protegidas: fator de desenvolvimento local e polo de atração regional*

<sup>33</sup> LIMA, 2003: 71

respetivo sector, quer nas diversas atividades económicas relacionadas com gestão dos recursos. Pode contribuir para a diversificação das economias locais, ao fomentar a oferta de produtos tradicionais e consequente produção de receitas. Pode estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das infraestruturas de transportes e comunicações locais, trazendo benefícios para as populações. Se o turismo for devidamente organizado e planeado pode constituir um mecanismo de auto financiamento para as entidades gestoras das áreas protegidas e servir de instrumento para a sua conservação e preservação”<sup>34</sup>.

O ecoturismo em áreas naturais protegidas é uma atividade económica, de baixo impacto ambiental, que contribui para a conservação da biodiversidade, além de criar de benefícios para as comunidades locais<sup>35</sup>. A conceção desta atividade deve merecer muita atenção, pois, ao longo de tempo, esse discurso pode tornar-se uma prática comum, fazendo do turismo nas áreas protegidas uma atividade comprometedor para o meio ambiente e as comunidades, se não haver uma estrutura eficiente em termos de plano, trilhas, guias, visitantes, educação ambiental e inclusão social dos residentes locais, a sobrevivência da atividade pode correr risco de estagnação.

Segundo Boo, existe uma grande preocupação com a situação atual das áreas protegidas que requerem uma providência urgente no tocante à administração. “As áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes [...] e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo. E estão a cargo de pessoas sem treinamento em gestão de Turismo”<sup>36</sup>.

Porém, os grupos de usuários devem estar dispostos a proteger as áreas naturais, apoiando o desenvolvimento sustentável dos recursos ecológicos e agregando a eles valores culturais, sociais e históricos.

Além disso, as atividades praticadas nos atrativos naturais devem estar interligadas à educação ambiental para que se minimizem os impactos negativos nos recursos e se possa aproveitar as belezas naturais e a diversidade ecossistema, priorizando a qualidade do meio ambiente.

Neste mesmo raciocínio, Boo (1992), detalha que as atividades ecoturísticas podem ser um apoio importante e positivo para a preservação e desenvolvimento sustentável destas áreas protegidas, produzindo receitas a estas e às comunidades locais, além de oportunidades de empregos e investimentos na educação ambiental. Podem ainda, influenciar a mudança do

---

<sup>34</sup> CASTRO e MARTINS, 2011:1152

<sup>35</sup> LINDERG e HAWKINGS, 2002

<sup>36</sup> BOO, 2002: 34.

uso dos recursos naturais de forma positiva e consciente, fazendo do ecoturismo um meio de conscientizar as pessoas da importância em defender o meio natural<sup>37</sup>.

## **2.2. Conceito de desenvolvimento**

Desenvolvimento numa perspectiva geral de análise, logo se remete à ideia de um processo dinâmico que implica em crescimento e progresso.

Desenvolvimento é um processo dinâmico definido como sinónimo de “bem-estar e progresso”, sendo por isso desejado pelas diferentes sociedades do mundo. Neste contexto, Amaro, afirma que, desenvolvimento é um conceito “mobilizador de vontades de mudanças e de transformações das sociedades e dos indivíduos”, assim como “tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar”<sup>38</sup>.

“Desenvolvimento pode ser definido como sendo o crescimento económico acompanhado de transformação estrutural, caracterizado pela redução dos níveis de pobreza, desemprego e da desigualdade no acesso aos rendimentos na sociedade”<sup>39</sup>.

O campo teórico de suporte do conceito desenvolvimento tem sofrido grandes alterações, fruto das mudanças que as sociedades têm vivido nos últimos 60 anos.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são os dois marcos históricos do surgimento do conceito desenvolvimento. Assim, o conceito de desenvolvimento tornou-se um tema marcante no campo científico do período pós segunda guerra mundial, diante de amplas transformações socioeconómico e política.

Entretanto, o mesmo foi evoluindo ao longo do tempo foi adquirindo novas abordagens, umas mais restritivas e outras mais amplas. As mais restritivas caracterizam-se pelo enfoque económico e quantitativo, assente no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e o aumento das rendas pessoais através da industrialização e da modernização tecnológica (paradigma funcionalista).

Uma conceção mais ampla, atual e qualitativa de desenvolvimento envolve aspetos relacionados com as questões sociais, sem pôr de lado os económicos, mas tendo em conta a liberdade dos indivíduos com o acesso a serviços de saúde e educação, como também, aos direitos civis que garantem a participação ativas nas questões públicas<sup>40</sup> (paradigma territorialista).

---

<sup>37</sup> LIMA, 2003: 79

<sup>38</sup> AMARO, 2003: 37

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_ Relatório de avaliação sobre implementação da agenda 21 em Moçambique.2002. pp.5.

<sup>40</sup> SEN, 1999: 10

O paradigma funcionalista defende que o processo de desenvolvimento é desencadeado inicialmente em determinados sectores de atividade económica, e difunde-se com decorrer do tempo a outros sectores e todo território. Este modelo de desenvolvimento fundamente-se no pensamento neoclássico e na inevitável, controvérsia entre as teorias do crescimento equilibrado e desequilibrado. Este paradigma parte do pressuposto de que as populações não possuem capacidade para resolver o problema da satisfação das suas próprias necessidades, não podendo alcançar uma perspetiva de bem-estar através do seu próprio trabalho e dos seus próprios recursos.

Para a conceção funcionalista o desenvolvimento representa a passagem de um sistema produtivo ineficiente para um sistema produtivo eficiente, através de transferência de capital e de progresso tecnológico<sup>41</sup>.

O paradigma territorialista é considerado um produto da crise do modelo fordista. Esse modelo de desenvolvimento traz como principal alternativa, o aspeto coletivo das estratégias de superação dessa crise até então evidenciada apenas pelo crescimento económico. O surgimento de uma série de experiências inovadoras, baseadas no território e seus recursos se contrapõe a ideia de um desenvolvimento centralizador de cima para baixo e vai propor um desenvolvimento a partir das capacidades endógenas, do território, do local, ou seja, numa perspetiva de baixo para cima<sup>42</sup>.

Os contributos marcantes desta nova abordagem das teorias de desenvolvimento regional e local devem-se a Friedman e Weaver (1979) adotando a designação de “territorialista”, bem como a Stohr e Taylor (1981), “frow below” e Greffe et al (1986) “endógeno”<sup>43</sup>. Em geral, todos estes autores apontam para o desenvolvimento aliado ao saber fazer encontrado no território, onde os elementos como: integração, mobilização, cooperação, serão fundamentais para esse novo “desenvolvimento”.

Neste âmbito, segundo Henriques, “o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respetivas populações.” E, que o desenvolvimento deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais”<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> HENRIQUES, 1990: 35, 50

<sup>42</sup> EICHENBERG e SILVA. 2012: 5 *TURYDES: revista de investigación en turismo e desarrollo local*. nº 12 vol 5. (Junho 2012) disponível no site [www.eumed.net/rev/turydes](http://www.eumed.net/rev/turydes) consultado no 27 de Agosto 2014.

<sup>43</sup> REIS, 2012: 158 revista *exedra* nº 6 disponível no site [www.comum.rcaap.pt](http://www.comum.rcaap.pt) consultado no dia 2 de Setembro 2014.

<sup>44</sup> HENRIQUES, 1990:53

A abordagem territorial do desenvolvimento reconhece que a eficiência das atividades económicas está intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. Valorizam-se, com isso, os conhecimentos, as tradições e os vínculos de confiança, mas, também, as estratégias de competição, que foram historicamente tecidas nos inúmeros territórios.

Os dois sentidos de desenvolvimento implicam na compreensão dos seus desdobramentos, que estão relacionados à eficácia do sistema social de produção, satisfação das necessidades elementares da população e ao interesse dos grupos dominantes na economia e na utilização dos recursos naturais.

Para Lopes, “desenvolvimento pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio. Não é desenvolvida a sociedade cujas formas de vida são sustentadas por exploração de recursos de outras, como o não pode ser aquela em que os padrões de vida foram criadas e mantidos à custa do consumo de recursos renováveis e não renováveis a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação”<sup>45</sup>

Para Vasconcelos e Garcia citado por Oliveira, consideram que desenvolvimento, em qualquer conceção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores económicos, devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social. Entre esses indicadores, os autores citam a “pobreza, o desemprego, a desigualdade, as condições de saúde, a alimentação ou nutrição, a educação e a moradia”<sup>46</sup>.

Com as reflexões sobre o modelo de desenvolvimento em curso, tornou-se mais clara e consensual, por exemplo a ideia de que pobreza e ambiente são realidades interdependentes e por isso mesmo precisam de ser compreendidas e tratadas de forma integrada. “Isto por a degradação do ambiente agrava as condições de vida dos mais pobres e a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, criando um ciclo perverso de prejuízos para ambos”<sup>47</sup>.

A degradação da natureza por comunidades decorre do facto de que as mesmas têm menos opções para conservar seus recursos naturais, o que leva a uma maior deterioração da terra e mais pobreza.

---

<sup>45</sup> LOPES, 2001: 19.

<sup>46</sup> OLIVEIRA. 2002: 38.

<sup>47</sup> TEXEIRA, 2008: 21.

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento passou a ser enriquecido com outras variáveis, para além do crescimento económico, a partir da década 60 quando a humanidade começou a tomar consciência da urgência em torno da questão ambiental.

O processo de desenvolvimento deixa de ser definido apenas em função da dimensão económica para passar a ser equacionado com base num conjunto de dimensões interatuantes, das quais se destacam a económica, a social, a política, a cultural e a ambiental.

De acordo Oliveira, “a década de 90, foi marcada por uma série de debates sobre o desenvolvimento sustentável, que está evidenciada na necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura<sup>48</sup> .

### 2.2.1. Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de o debate sobre o mesmo ser recente, na vasta literatura sobre o tema, encontra-se várias abordagens relativas, quer a origem quer a sua própria definição. A definição tem sua origem mais remota nas preocupações internacionais acerca do desenvolvimento de forma a encontrar um modelo alternativo capaz de enfrentar os desafios e problemas económicos, sociais e ambientais<sup>49</sup>. Através de diversos documentos e encontros procurou-se a construção de uma nova ordem internacional fundamentada no meio ambiente como pressuposto de uma sociedade mais justa e equitativa. Entre eles destaca-se:

Tabela nº 4 Principais acontecimento relacionados com o desenvolvimento sustentável

Ano	Acontecimento	Observação
1962	Publicação do livro “Primavera silenciosa” de Rachel Carson	Marca o início do movimento ambientalista e expõe o uso indiscriminado de insecticidas
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – económicos, políticos,

<sup>48</sup> OLIVEIRA. 2002: 42.

<sup>49</sup> BUARQUE, 2008: 15.

		naturais e sociais -, que formam o sistema global.
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação o uso racional dos recursos da biosfera	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB).
1972	O Relatório “Limites de crescimento” do clube de Roma <sup>50</sup> .	Informe apresentado pelo Clube de Roma previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação em 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizado em Estocolmo, Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’.

<sup>50</sup> Clube de Roma é um grupo composto por líderes da academia, industriais, diplomata e sociedade civil de vários países que se reúnem para debater e analisar assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Tornou-se muito conhecido a partir de 1972 com a publicação do relatório intitulado os Limites de Crescimento.

1983	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	Publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92, realizada no Rio de Janeiro	Constituiu-se no mais importante fórum mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável.
2002	Conferência das NU sobre o meio ambiente e Desenvolvimento em Joanesburg. Rio+10	Procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Fonte: adaptada pela autora com base em (Bruseke, 1994); (Almeida, 2010:10)

Considerado por muitos como um marco para entendimento das inter-relações entre a economia e o meio ambiente e as questões sociais. O relatório do Clube de Roma ressaltava que maioria dos problemas ligados ao meio ambiente ocorria na escala global e se acelerava

de forma exponencial. O mesmo rompe com a ideia da ausência de limites para exploração dos recursos naturais, contrapondo-se claramente à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial.

A tomada de consciência a respeito da degradação do meio ambiente levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a realização da Conferência Mundial sobre o meio ambiente em 1972 no Estocolmo, subordinada ao tema “O homem e seu meio: as bases de uma vida melhor”<sup>51</sup>, sendo um importante marco que começava em termos de políticas sobre o meio ambiente.

A Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987), através do Relatório de Brundtland<sup>52</sup>, “define “Desenvolvimento sustentável, como o desenvolvimento que adequa as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de fazer face às suas próprias necessidades” (Brundtland 1987) citado por Cunha (2013), o que significa permitir que as gerações, atuais e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso racional dos recursos e preservando as espécies e os habitats naturais. Sendo assim, para a implementação do desenvolvimento sustentável é necessário que este esteja assente em três pilares fundamentais: o desenvolvimento econômico, a coesão social e a proteção ambiental<sup>53</sup>.

Deste modo o” desenvolvimento sustentável está ligado historicamente ao conceito de meio ambiente mas, na atualidade, o mesmo integra os aspetos socioculturais, econômicos e ecológicos”. O processo de construção do equilíbrio destas dimensões podem nos levar à sustentabilidade<sup>54</sup>.

**Sustentabilidade Ambiental:** sendo a principal fonte de matéria-prima da atividade turística, pretende-se um equilíbrio entre a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção

---

<sup>51</sup> SERRA e CUNHA, 2003: 47.

<sup>52</sup> Presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e na época, primeira-ministra da Noruega. O relatório foi o resultado extraído da convenção da ONU ocorrida em 1987, publicado sob o título *Nosso Futuro Comum*. <sup>52</sup> Em 1987, a CMMAD, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável in relatório *Our Common Future* (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório Brundtland. Esse relatório indicou a pobreza nos países do sul e o consumismo extremo dos países do norte como as causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento e das crises ambientais. A comissão recomendou a convocação de uma conferência sobre esses temas.

<sup>53</sup> CUNHA, 2013: 399-406.

do ambiente, de forma a aumentar os recursos naturais e a limitar os ambientalmente prejudiciais;

**Sustentabilidade Económica:** tendo presentes a interdependência da cadeia produtiva deve-se promover uma melhor utilização dos recursos e uma gestão mais eficiente;

**Sustentabilidade Social cultural:** dada a abrangência desta atividade, deve-se atender à comunidade recetora, ao património histórico-cultural e à sua interação com os visitantes, de forma a aumentar a autoestima e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as suas tradições culturais;

O (CMMAD 1991), define o desenvolvimento sustentável como “ um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas”<sup>55</sup>.

O conceito ganhou uma amplitude maior na Conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro, também conhecido por Cimeira da Terra. Dos diversos documentos internacionais adotados na conferência destaca-se: Uma declaração de princípios gerais (conhecida como declaração do Rio, a qual agrega vinte e sete princípios), Convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção sobre mudanças climáticas, onde foram estabelecidos acordos sobre a redução das emissões de gases de efeito de estufa em particular o dióxido de carbono, de forma a minimizar as tendências do aumento global da temperatura, e a Agenda 21, um compromisso ambicioso de referência para as nações signatárias com medidas de “proteção ambiental, justiça social e eficiência económica, através da criação de uma rede às diferentes escalas: global, nacional e local. A ênfase dada a agenda 21 local deriva de envolver as populações nas tomadas de decisão, conjuntamente com as entidades nacionais e locais, procurando estabelecer uma estratégia de ação conjunta, que contribua para a melhoria da qualidade de vida e para a conservação da natureza a nível local”<sup>56</sup>. Com objetivos claros a serem alcançados pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento<sup>57</sup>.

Segundo Buarque, “os antecedentes históricos, indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma ideia brilhante da NU,

---

<sup>55</sup> RUSCHMACNN, 1997: 109

<sup>56</sup> SILVA, 2013: 63

<sup>57</sup> SERRA e CUNHA, 2003: 54

mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento”<sup>58</sup>.

De acordo com Sachs, o desenvolvimento sustentável constitui a mobilização de esforços em três sentidos: identificação e desenvolvimento de alternativas sustentáveis de recursos naturais e renda; envolvimento das pessoas que vivem nas imediações das áreas protegidas, nos planos de conservação e na gestão da área; incentivo à conscientização da comunidade quanto ao valor e a necessidade de proteção da área e sobre os padrões de sustentabilidade do crescimento apropriado ao local<sup>59</sup>.

Segundo Ruschmann, “os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base”<sup>60</sup>.

Deste modo, é necessário encontrar o equilíbrio entre os interesses económicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente, pois o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades económicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais são mantidos através dos tempos.

### **2.2.2. Desenvolvimento local**

O conceito de desenvolvimento local surge da integração de dois conceitos, desenvolvimento e local podem parecer dois conceitos contraditórios entre si. Como qualquer conceito composto por duas noções torna difíceis de definir. Apesar de, nos anos 50 e 60, já existirem algumas iniciativas pontuais de desenvolvimento comunitário, historicamente pode-se considerar que o conceito desenvolvimento local é um fenómeno ocidental com particular incidência na Europa após a II guerra Mundial<sup>61</sup>.

“O local é entendido como o espaço socialmente construído e onde se confrontam comunidades, se constroem identidades”<sup>62</sup>.

O local extrapola o conceito de lugar e ganha uma dimensão de qualidade, de sustentabilidade, de potencialidade futura. Na perspetiva do local visualiza-se também a

---

<sup>58</sup> BAURQUE. 2004: 50

<sup>59</sup> SACHS. 2002: 35

<sup>60</sup> RUSCHMANN. 1997a. Pp. 109

<sup>61</sup> REIS. 2016: 156

<sup>62</sup> SPINOLA, 2006, pp. 57

oportunidade de inovação, o compromisso de participação e de aderência social e, o engajamento dos atores sociais no processo de tomada de decisões e a conservação do património natural<sup>63</sup>.

O conceito de desenvolvimento local pode ser interpretado como uma construção teórico recente do desenvolvimento e, por isso mesmo passível de discussão<sup>64</sup>.

O conceito de desenvolvimento local teve a sua afirmação científica a partir dos finais dos anos 70 e o seu reconhecimento político institucional a partir dos anos 90 fruto de contribuições de vários organismos como OCDE, PNUD, OIT e outros. E ganhou relevância no debate sobre os modelos de desenvolvimento particularmente após o reconhecimento do fenómeno da globalização. O desenvolvimento local está relacionado com a afirmação de uma identidade territorial, com o reconhecimento de elementos distintivos, de uma reputação própria, de uma singularidade que distingue e diferencia o território. O desenvolvimento local resulta do esforço de identificar, reconhecer e valorizar os ativos locais; de aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território.

Desenvolvimento local exprime o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente, das suas capacidades, assumindo o protagonismo principal nesse processo, segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas.<sup>65</sup>

Desenvolvimento local representa uma estratégia que deve assegurar por médio e longo prazo dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização socioeconómica e na conservação do meio ambiente.

O desenvolvimento local é um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para qualidade de vida da população local<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> IRVING, 2001: 145

<sup>64</sup> SILVA, 2009. Pp 68.

<sup>65</sup> AMARO, 2003a: 57.

<sup>66</sup> BUARQUE, 2008a: 25.

Isto envolve uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as futuras gerações e é neste aspeto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações.

O conceito de desenvolvimento local consiste num novo enfoque do conceito de desenvolvimento, baseado no aproveitamento dos recursos locais (humanos, naturais e de infraestrutura) que segundo Perez e Carrillo (2000) citado por Irving<sup>67</sup> consideram como um processo impulsionador da economia e dinamizador da sociedade local, que aproveitando os recursos locais existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento económico, através da criação de emprego, renda e riqueza e, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida e bem-estar social da comunidade local<sup>68</sup>.

O desenvolvimento local é um processo de mudança, que tem normalmente como ponto de partida a existência de necessidades que atingem o coletivo e às quais se procura responder com recurso prioritário às capacidades locais. Obedece, igualmente, a uma lógica participativa, em que é sublinhada a importância da participação das comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais.

Neste âmbito, o desenvolvimento local tem de abranger a articulação entre atores e esferas de poder seja a sociedade civil, as organizações não-governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem um papel para contribuir com desenvolvimento local.

Assim, de acordo com Amaro, citado por Carvalho, o desenvolvimento local representa:

“Um processo de transformação, de mudança, que recusa a conservação; centrado numa comunidade humana de pequena dimensão, demográfica e geográfica; que parte da existência de necessidade não satisfeita; que se procura responder, antes de mais a partir da mobilização das capacidades locais mas articulando-as com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma metodologia de participação, é vista como um questão essencial neste desenvolvimento, pressupondo uma dinâmica de

---

<sup>67</sup> Professora e pesquisadora do Programa Eicos Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorada em Oceanografia Biológica: sobre gestão de ecossistemas costeiros sob a ótica de planeamento e controle de poluição pela Universidade de São Paulo. Pós doutorados em gestão da biodiversidade e inclusão social pela Escola de altos Estudos em ciências Sociais de Paris. Autora de diversos artigos e organizadora de livros.

<sup>68</sup> IRVING, 2005: 112-113

*empowerment*<sup>69</sup>. Assume uma lógica integrada; que prevê um trabalho em parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e, segundo uma grande diversidade de caminhos<sup>70</sup>.

Coerentemente, o conceito de desenvolvimento local tem adotado abordagens multissetoriais, que evitam modelos económicos baseados numa única especialização produtiva do território, considerando, portanto, que a diversidade é um elemento imprescindível à sustentabilidade.

O desenvolvimento local exige a integração do turismo, e do ecoturismo de maneira compatível às condições físico ecológico, económicas e sociais das áreas de conservação e suas áreas mais próximas, através de um processo de planeamento e gestão permanente e participativa da atividade, que privilegie a construção de um poder endógeno por parte das comunidades capaz de torná-las auto gerenciadas e independentes.

Contudo, esse não é um desafio fácil de ser vencido, ou melhor, trata-se, justamente, da condição mais difícil de ser alcançada, tendo em vista o baixo nível de instrução, informação e cidadania encontrados nas comunidades dos países em desenvolvimento como é o caso de Moçambique, que são forçadas a se adaptar a uma nova realidade.

### **2.3. Responsabilidade e Turismo**

O impacto do turismo na economia mundial, no ambiente e também nas comunidades locais é hoje inquestionável. No entanto, de todas as actividades económicas, o turismo é, provavelmente, a que com estes tem maior relação de dependência. Sendo, ao mesmo tempo, vítima e causa, o turismo tem um grande papel a desempenhar com vista ao desenvolvimento sustentável. Enquanto a consciencialização da importância deste tema cresce, essencialmente pela mediatização, é fundamental que as organizações reconheçam e assumam o seu papel, respondendo às expectativas que se criam, pela adoção de estratégias de Responsabilidade.

A responsabilidade e turismo, segundo Santana (2012) pretende “chamar atenção sobre a necessidade de reflexão e da importância de uma ação personalizada no âmbito de influência concreta sobre a atividade turística. A responsabilidade é uma ação consciente e comprometida com o desenvolvimento humano e a conservação do meio ambiente”<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup>“Empoderamento” derivado do inglês *empowerment*, conceito que começa a ser difundido a partir dos anos 70, nos EUA. É assimilado por cientistas sociais que lhe atribuem uma abordagem humanitária, tornou-se nos últimos tempos uma das mais requisitadas *buzzwords* relativamente a intervenção social.

<sup>70</sup>CARVALHO 2010: 20.

<sup>71</sup> SANTANA. 2012: 4 tradução da Autora.

Nesta mesma abordagem a declaração de Djerba sobre turismo e mudanças climáticas analisando a complexa relação entre o turismo e as questões climáticas e especialmente os efeitos que estas têm provocado nalguns destinos turístico, reconhecendo a incidência atual e futura das mudanças climáticas no desenvolvimento do turismo nos ecossistemas frágeis. A declaração “incentiva o setor turístico incluindo as empresas de transportes, hoteleiros, operadores turísticos, agências de viagens e guias turísticos para adaptar nas suas atividades através da utilização de tecnologias e logísticas mais limpas que possibilitem o consumo de energia mais racional para minimizar e recordando que o direito de viajar e o impacto das alterações climáticas”<sup>72</sup>.

As novas formas de turismo surgem, pois, como reflexo de uma preocupação crescente com as alterações ambientais provocadas por um conjunto de fatores, em particular pelo turismo de massa.

O turismo de natureza, turismo cultural, turismo étnico, turismo ecológico ou ecoturismo turismo rural são apenas alguns exemplos desses “novas” formas de turismos resultante da nova tendência no turismo global.

### **2.3.1. Capacidade de carga**

O conceito de capacidade de carga surgiu quando investigadores das ciências naturais (ecologistas, biólogos etc.) estudavam a capacidade que determinados ecossistemas possuía para suportar uma dada quantidade e tipos de espécies animais.

Segundo RUSCHMAN (1997), o conceito capacidade de carga deve ser aplicado ao planeamento turístico, visto que tanto os recursos naturais como os construídos pelo homem têm um limite para absorver visitantes, e esse limite, quando ultrapassado provoca deterioração<sup>73</sup>.

Aplicando este conceito às áreas naturais e as atividades turísticas como um todo, pode se afirmar que a capacidade de carga de um empreendimento turístico é a quantidade de pessoas que este ambiente pode receber, em um determinado período de tempo, sem que esta presença provoque danos irreversíveis ao ambiente ou que prejudique a qualidade das visitas.

De acordo Boo citado por Ruschman, entende que a capacidade de carga de um recurso turístico como sendo o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área

---

<sup>72</sup> ---Declaração de Djerba sobre mudanças climáticas 2003

<sup>73</sup> RUSCHMAN, 1997: 116.

pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físicos e social. Entretanto, não existe um limite definido para os impactos existentes e ou prováveis.

Considera-se que, as definições de vários autores sobre capacidade de carga são semelhantes ao estabelecer os limites suportáveis. E aponta para a orientação do equilíbrio ambiental tendo o ser humano como partícipe dessa relação.

A capacidade de carga se apresenta como um indicador desse limite com intenção de adequar as necessidades humanas às condições impostas pelo ambiente natural. A partir da conscientização da imposição, pode-se planejar de modo que a atividade ecoturística seja viável dentro do limite estabelecido pela administração do parque.

Richez (1992) citado por Ruschman, cita que são quatro as dimensões que devem ser consideradas para se definir a capacidade de carga do que se chama de espaços parques: [...]

- a) A capacidade de carga ecológica;
- b) A capacidade de carga social e psicológica;
- c) Os equipamentos instalados na área;
- d) A compatibilidade entre os diversos usos do espaço natural;<sup>74</sup>

Capacidade de carga ecológica, busca indicar o limite de uso do atrativo natural, sob uma visão holística do ecossistema. Dessa maneira, não se detém apenas na reserva, por exemplo, mas em todos os elementos que envolvem a reserva e em sua volta.

As capacidades de carga social e psicológica está direcionada para as expectativas humanas com envolvimento da comunidade e dos visitantes pois, se o meio ambiente deve ser protegido e o homem faz parte do mesmo, os seus limites de satisfação devem merecer consideração e respeito.

Segundo Haymond citado por Ruschmann, afirma que o limite que os residentes de uma localidade considera excessivo para os operadores prevêm um número muito maior para viabilizada financeira dos seus equipamentos e infraestrutura ali instalada. Assim, o autor recomenda a consideração das seguintes variáveis, para que não haja desvios muito acentuados na delimitação de sua capacidade de carga: Duração da estada dos visitantes; Dispersão ou distribuição do turista dentro da área; Características do local visitado; Características dos turistas; Época do ano em que ocorre a visita.

Ruschman citando Didor Van Houts (1992), alerta para os diversos impactos negativos que a ultrapassagem do limite máximo da capacidade de carga pode causar tanto o

---

<sup>74</sup> RUSCHMAN, 1997: 123

meio ambiente natural quanto o comportamento psicológico dos turistas e a comunidade recetora (quando os residentes da localidade passam a hostilizar os visitantes pois os mesmos agridem sua cultura local, seu meio ambiente natural e cultural e ainda provoca elevação dos preços das mercadorias e imóveis locais). “A saturação psicológica se manifesta pelo desconforto que os turistas passam a sentir com o excesso de outros visitantes na mesma área ou no mesmo recurso. Quando esse limite é ultrapassado, os turistas começam a procurar outros locais para suas férias ou atividades recreativas”<sup>75</sup>.

### **3. Metodologia**

De acordo com Prodanov e Freitas, “metodologia é a aplicação de procedimento e técnicas que devem ser observadas para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos círculos da sociedade”.

Para materialização dos objetivos definidos desta dissertação, adotou-se a metodologia de pesquisa qualitativa. Que de acordo com Richardson (1999), esta metodologia permite “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”<sup>76</sup>.

Para concretização deste método, foram seguidas várias fases: pesquisa bibliográfica, documental, observação participante, entrevista semiestruturada e inquérito por questionário.

#### **Pesquisa bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica resumiu-se no levantamento de dados primários que segundo Gil, “é desenvolvida a partir de material já elabora constituído principalmente de livros e artigos científicos”<sup>77</sup> e tem por finalidade conhecer as diferentes contribuições científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenómeno, de forma a explorar o sustentáculo temático em estudo. Como descreve Dencker (1998), “pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos”<sup>78</sup>.

A pesquisa documental é uma fonte de informação secundária, ou seja materiais que não receberam qualquer tratamento analítico. As fontes de pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas do que as bibliográficas. Segundo Gil pesquisa documental são documentos sem nenhum tratamento analítico tais como documentos as instituições públicos

---

<sup>75</sup> RUSCHMAN. 1997: 117

<sup>76</sup> RICHARDSON. 1999: 80

<sup>77</sup> Gil. 2008: 50

<sup>78</sup> DENCKER.1998: 125

ou privados como relatórios publicações entre outros. Para este estudo foram consultados documentos como: o PEDTM, PEDD, o Plano de manejo da REM entre outros, facultando deste modo explorar a realidade do turismo em Moçambique, da REM, e ao tema de investigação.

### **Amostragem**

Na pesquisa social possui dois tipos de amostragem: a probabilista e não probabilista<sup>79</sup>.

Neste estudo usar-se a amostragem não probabilística, dentro deste tipo de métodos existe a amostragem por conveniência e amostragem por quotas.

Para a definição do tamanho de amostragem, optou-se pela amostragem por conveniência. O tamanho de amostragem corresponde, a quantidade de pessoas que foi possível inquirir dada a circunstâncias encontrada no local. Assim, foram inquiridas 53 pessoas da população residente, o responsável da reserva e 23 visitantes.

### **Instrumento de recolha de dados**

De seguida, procedeu-se a recolha de informação empírica utilizando a observação participante que segundo Costa, consiste na participação do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma determinada situação. Onde assume até certo ponto o papel de um membro do grupo<sup>80</sup>.

**Vantagens:** Facilita o rápido acesso sobre situações habituais em que os membros da comunidade se encontram envolvidas; Possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado; Possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados.

**Desvantagens:** O observador pode sofrer restrições pela assunção de papéis; limitação na qualidade de informação o que implica a restrição da amplitude de sua experiência.

Um inquérito por questionário é um conjunto de questões sobre um problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por um determinado sujeito, por escrito ou oralmente. A construção do mesmo deve ser revestida do máximo cuidado pois tal como refere Ghiglione & Matalon (1992: 119), “A construção do questionário e formulações das questões constituem, portanto, uma fase crucial do desenvolvimento da pesquisa.

---

<sup>79</sup> GIL, 2008: 91

<sup>80</sup> COSTA, 1986: 137

O inquérito por questionário possui vantagens relativamente a outras técnicas mas também determinadas limitações. Em relação às vantagens podemos considerar o mesmo relativamente económico. No momento da recolha de dados o investigador não influencia o inquirido, mantém-se o anonimato, possibilita grandes amostras, (embora a representatividade nunca seja absoluta dado que está sempre limitada por uma margem de erro), facilita, também, o acesso a amostras geograficamente dispersas, quantifica uma diversidade de dados e procede a análises de correlação.

Como limitações temos a rígida ordenação das perguntas, sendo as respostas de conteúdo e profundidade da informação relativamente limitados, serem dadas respostas com intenção de agradar ao inquiridor, por vezes de forma inconsciente, a credibilidade do questionário é fraca e dificilmente as relações causais são demonstradas. Raramente os inquiridos completam os itens de “outras” respostas nas questões semiabertas e existe uma certa tendência, nas questões abertas, para a “não resposta” quando é solicitado a apresentação de “sugestões” ou referenciar considerações “menos positivas” num determinado sistema de avaliação.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário constituído As questões fechadas permitem facilitar o ato de inquirir e o tratamento dos resultados e as questões abertas permitem uma maior margem de liberdade nas respostas, assim como, recolher maior quantidade de informação.

Na construção dos questionários tivemos a preocupação de os construir em duas partes distintas, uma primeira parte onde pretendemos recolher dados relativos à identificação, caracterização e formação dos inquiridos, a segunda parte onde as questões pretendem recolher dados de opinião.

Os questionários contêm 30 perguntas, sendo: a primeira parte composta por 5 perguntas a fim de caracterizar o perfil dos inquiridos, e a segunda parte, por 25 perguntas que buscaram identificar quais são os fatores associados a contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local. Nesta segunda partes do questionário, as perguntas foram elaboradas em escala de 3 pontos: Não concordo, Concordo e Concordo totalmente. A investigadora contou com a colaboração de dois membros da família que ajudaram na distribuição e preenchimento de parte dos questionários.

Para a recolha de dados sobre o nível de perceção dos moradores, foi realizado no mês de Maio 2014 durante 3 dias, onde foram realizadas visitas a algumas residências de forma aleatória em partícula as que se situam mais próximo da reserva. De salientar que o trabalho

realizou com a colaboração dos filhos da autora. Neste processo deparou-se, à partida com constrangimentos associados de timidez da população em responder aos questionários, a dispersão das residências das populações e a disponibilidade de recursos logísticos.

#### 4. Estudo do caso

##### 4.1. Retrospectiva de Turismo em Moçambique

Os registos históricos dão conta que, Moçambique era considerado um dos destinos turísticos de excelência em África e este sector jogava um papel importante na economia do país.

O turismo desenvolveu-se em torno de três temas, praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e, andar de barco eram únicos na África Austral. De igual modo, o produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional de Gorongosa (PNG) era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) a zona centro possuía padrão internacional<sup>81</sup>. Para além deste parque (PNG) existe outros parques e reservas nacionais (6 e 6 respetivamente).

O turismo como um sector de impulsão a economia nacional em Moçambique só começou a ser regulamentado e adotado pelo Governo colonial na segunda metade dos anos 50 com a criação dos primeiros centros de informação e turismo<sup>82</sup>.

No entanto, só em 1962 é que se estabeleceram as primeiras zonas de turismo que foram acrescidas para 26 em 1972. A localização e a delimitação destas zonas baseavam-se apenas em critérios de consenso geral sobre a importância relativa as atrações de cada zona<sup>83</sup>.

Nos anos 70, o sector registou um crescimento significativo que pode ser avaliado com base no parque hoteleiro existente á altura da independência nacional em 1975. O quadro abaixo retrata esse crescimento.

Tabela 5: Parque Hoteleiro de Moçambique em 1975

Estabelecimento	Total	Quartos	Camas

<sup>81</sup>PEDTM, 2004: 19.

<sup>82</sup>GUMBE, 2006: 31.

<sup>83</sup> ([www.mozturism.gov.mz](http://www.mozturism.gov.mz)).

Hotéis (incluindo Motéis)	42	2273	4604
Pousadas	10	88	175
Estalagens	17	41	88
Pensões	216	1692	3316
Total	285	4094	8183

Fonte: MITUR, 2006

Este parque chegou a empregar 4.122 trabalhadores e chegou a receber 285.350 turistas num ano para um total de 1.349.854 dormidas. Tratava-se de um turismo essencialmente de vizinhança com maior parte dos hóspedes a virem da África do Sul e da Rodésia do Sul atual (Zimbabwe), com 86.982 e 28.184 turistas, respetivamente. É necessário notar também que mais de metade das camas estavam localizadas em Maputo, o que significa que o turismo teve sempre uma tendência de seguir os padrões do desenvolvimento da economia colonial em Moçambique<sup>84</sup>.

O país era um ponto de referência para os turistas de praia dos países do interior da África Austral como o Zimbabwe e o Malawi, e constituía ao mesmo tempo o destino preferido para férias por grande parte de turistas da vizinha África do Sul. Estes turistas eram atraídos pelas praias de águas límpidas, as ilhas, o mar quente, o povo, a pesca desportiva, os desportos aquático, e etc.

Após independência foi caracterizado por uma queda a nível de toda a atividade turística nacional. Devido ao relacionamento político e económico difícil com os dois Países da região, que constituíam o principal mercado turístico (África do Sul e Zimbabwe), falta de técnicos para planificar e gerir o sector e o conflito armado que não só destruiu as infraestruturas turísticas como também dizimou a flora e a fauna bravia e bloqueou as vias de acesso, comunicação e transportes. No geral, ao longo dos anos 80 e princípios dos anos 90, o turismo externo consistia basicamente na estadia de missões de cooperação internacional<sup>85</sup>.

Com assinatura do Acordo geral de Paz, em 1992, marcou o início da revitalização do sector do turismo. O fim da guerra e o desenvolvimento do Programa de Reajustamento Estrutural criaram condições para a definição de um programa para a restauração do sector.

---

<sup>84</sup> GUMBE, 2006: 32

<sup>85</sup>

Assim, o programa do Governo para o quinquénio de 1995-1999 criou, pela primeira vez, um ministério específico e definiu o turismo como um sector para maximizar a entrada de divisas e geração de empregos, reforçar o desenvolvimento regional e distribuir os respetivos benefícios por todas as zonas do País, projetar uma imagem de Moçambique no exterior e promover uma maior participação do empresariado nacional em empreendimentos turísticos. Entra-se assim numa nova era do turismo em Moçambique<sup>86</sup>.

Em 2003, através da resolução n°14 de Abril, o governo de Moçambique aprovou a “política do turismo e estratégia da sua implementação” que estabelece a perspetiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do turismo no futuro. Ela identifica os princípios gerais, os objetivos do turismo e as estratégias que consistem numa série de diretrizes cuja finalidade é orientar a implementação das ações com vista ao alcance dos objetivos e princípios estabelecidos na política, através de medidas estratégicas essenciais tais como:

- O reconhecimento do sector privado como força motriz do desenvolvimento da indústria turística;
- Formação e profissionalização dos recursos humanos como forma de aumentar a qualidade do turismo;
- Promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos planos de desenvolvimento, entre outros.

Face a esta nova política de turismo, em 2004, foi aprovada a Lei do Turismo e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique - PEDTM (2004-2013), instrumento que serve de base para o processo de planificação estratégica; fixa prioridades específicas e mercados; identifica 18 Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APITs)<sup>87</sup> agrupados em três níveis (A, B e A/B)<sup>88</sup> estabelece o zoneamento turístico; focaliza os recursos necessários para o desenvolvimento do turismo e define como fatores prioritários para o desenvolvimento do turismo: a formação dos recursos humanos, a criação de infraestruturas, a segurança e a existência de recursos financeiros<sup>89</sup>.

Segundo a mesma fonte, os critérios usados para esta categorização são basicamente de ordem natural (atrativo turístico), nível de desenvolvimento socioeconómico (capacidade

---

<sup>86</sup> GUMBE, 2006b: 33

<sup>87</sup> APITs (Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico).

<sup>88</sup> Nível A compreende os destinos já existente; A/B, destinos com um nível limitado de desenvolvimento e B, destinos com alto potencial turísticos, mas não desenvolvidos. PEDTM, 2004: 66.

<sup>89</sup> PEDTM, 2004a: 62-63.

de alojamento e restauração) e a existência de infraestruturas básicas (estradas e aeroportos) que permitem a ligação dessas áreas com emissores turísticos.

A indústria turística e de viagens constitui na atualidade o sector líder da economia mundial, com níveis de crescimento anual bastante significativos. Nos países em desenvolvimento, o turismo tem dado um grande contributo na luta contra a pobreza através da valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural que propicia a promoção de investimentos e do emprego assim como a geração de receitas em moeda externa. O seu carácter transversal estimula outros sectores de atividade, contribuindo, desta forma, nos esforços de diversificação da economia. O turismo em Moçambique integra-se na estratégia de desenvolvimento sustentável, com características específicas que compreendem: estrutura pouco diversificado; maioria dos empreendimentos turísticos está concentrada na zona costeira no sul do país.

Moçambique possui um grande potencial turístico e muito diversificado. É um país com 800.000 kms quadrados, com 2.500 km de costa marítima com a combinação do clima tropical húmido, suas praias cristalinas e com águas quentes, ilhas e lagos, florestas e fauna, atrativos do norte ao sul. Para além disso oferece muitas opções de safari nos parques e reservas nacionais como áreas de conservação para o desenvolvimento do ecoturismo.

A história de conservação é recente para o contexto moçambicano, a criação das primeiras reservas para preservação datam da década 50 do século XX com a criação das reservas florestais.

“O sistema de parques nacionais e reservas biológicas de Moçambique iniciou-se em 1960 com a criação da Reserva do Gilé pelo DL n° 1996 de 23 de Julho”<sup>90</sup>.

#### **4.1.1. Classificação das Áreas de Proteção em Moçambique**

Em Moçambique, de acordo com a Lei de Floresta e Fauna Bravia, as áreas de proteção são classificadas em três categorias, nomeadamente Parques Nacionais, Reservas Nacionais e Áreas de Valor sociocultural.

Os Parques e Reservas Nacionais são criados, alterados ou extintos por Decreto de Conselho de Ministros, verificando-se em uma das seguintes condições: a) a existência de ecossistema natural com características únicas ou representativas; b) a existência de espécies de flora e fauna raras, endémicas, em declínio ou em vias de extinção; c) a existência de ecossistemas frágeis, bem como os localizados em declives superiores a 45 graus; d) a

---

<sup>90</sup> MUCHANGOS, 1999: 101.

existência de fontes naturais de água, áreas degradadas com características ambientais especiais e passíveis de recuperação e e) a existência de condições paisagísticas únicas e beleza cénica excepcional<sup>91</sup>.

Relativamente aos parques e reservas valemo-nos da tipologia adotada pela Comissão Internacional de parques nacionais e áreas protegidas da União Internacional de Conservação da Natureza e seus Recursos.

Em Moçambique, as áreas de conservação<sup>92</sup> ou áreas protegidas têm suporte legal na Lei de Florestas e Fauna Bravia<sup>93</sup>. Com a criação do Ministério do Turismo no ano de 2000, as áreas de conservação, outrora dependentes da Direção Nacional de Florestas e Fauna Bravia do Ministério de Agricultura, passaram a gestão da Direção Nacional das Áreas de Conservação do Ministério do Turismo.

A Política nacional do Turismo de Moçambique, aprovado em 2003, reconhece os parques nacionais como potenciais destinos turísticos.

Segundo MITUR (2006), Moçambique possui uma rede de áreas protegidas que estende-se por todas as eco regiões e biomas, asseguram a sua integridade, com uma porção representativa da herança natural do país. A rede nacional das áreas protegidas possui 6 parques nacionais, 6 reservas nacionais, 12 coutadas e 13 reservas florestais cobrindo cerca de 15,3% da superfície total do país, dos quais 2,3% corresponde a parte marinha<sup>94</sup>.

Tabela nº 6: Parques nacionais em Moçambique

Designação	Província	Distrito	Área (km <sup>2</sup> )	Ano de criação	Objectivo
Parque Nacional das Quirimbas	Cabo Delgado	Quissanga; Ibo; Pemba-Metuge; Melu	7.500	2002	Proteção à natureza (tartaruga marinha,

<sup>91</sup> \_\_\_Lei 10/99, artigo 2.

<sup>92</sup> Áreas de conservação são áreas destinadas à manutenção dos processos ecológicos dos ecossistemas e habitats naturais, bem como a manutenção e recuperação de espécies de populações viáveis nos seus locais naturais. SERRA,2007:257.

<sup>93</sup>----- Lei nº 10/99 de 07 de Julho que estabelece os princípios e normas básicas sobre a proteção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos no quadro de uma gestão integrada, tendo em vista o desenvolvimento económico do país.

<sup>94</sup> MITUR, 2006:6.

		co;Ancuabe; Macomia			dugongo, baleia, tubarão)
Parque Nacional de Gorongosa	Sofala	Gorongosa; Muanza	5.370	1960	Proteção à natureza e paisagem
Parque Nacional de Bazaruto	Inhambane	Inhassaro; Vilanculos	1.600	2001	Proteção à natureza (dugongo, tartaruga marinha, golfinhos e corais)
Parque Nacional de Zinave	Inhambane	Mabote; Guvuro	5.000	1973	Proteção à natureza (girafa, avestruz, matagaiça) e paisagem
Parque Nacional de Banhine	Gaza	Mabalane; Chigubo	7.000	1973	Proteção à natureza (girafa, avestruz)
Parque Nacional de Limpopo	Gaza	Chicualacuala	10.000	2001	Proteção à natureza (elefantes, rinocerontes búfalos)

Fonte: Adaptada pela autora com base em Anicetos dos Muchangos, 1999.

Tabela nº 7 Reservas nacionais

Designação	Província	Distrito	Area (km <sup>2</sup> )	Ano de criação	Objectivo
Reserva do Niassa	Niassa	Mecula; Mavago	42.200	1960	Proteção à natureza (cocone e palapala) e paisagem
Reserva Gilé	Zambézia	Gilé	2.100	1960	Proteção à natureza (cudo e cocone)

Reserva de Marromeu	Sofala	Marromeu; Cheringoma	1.500	1960	Proteção à natureza (búfalo)
Reserva de Pomene	Inhambane	Massinga	200	1964	Proteção à natureza (boi-cavalo, dugongo, tartaruga e aves marinhas, toninhas)
Reserva Especial de Maputo	Maputo	Matutuine	700	1969	Proteção à natureza (elefantes, rinoceronte) e paisagem
Reserva de Chimanimani	Manica	Sussendenga	1000	2003	

Fonte: adaptada pela autora com base em Aniceto dos Muchangos, 1999.

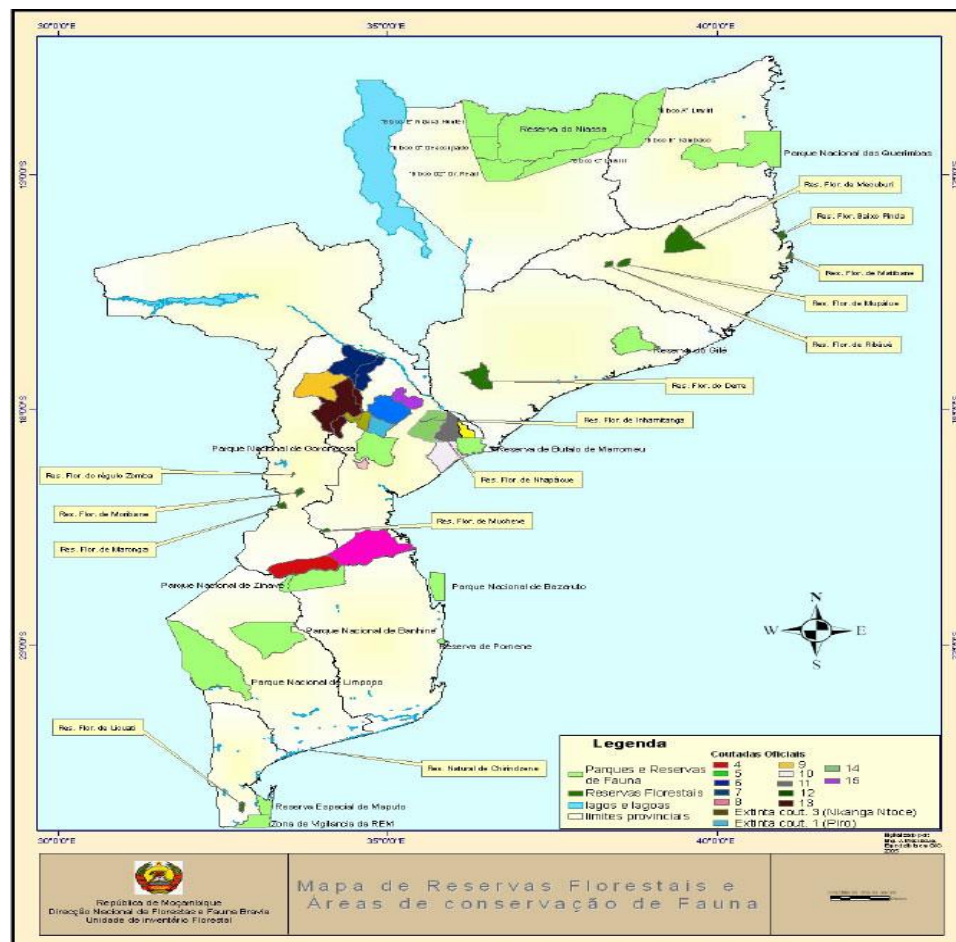
Em Moçambique, os “Parques Nacionais são zonas de proteção totalmente delimitadas, destinadas à propagação, proteção, conservação e manejo da vegetação e de animais bravios, bem como à proteção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional”.

“Reservas Nacionais são zonas de proteção total destinadas a proteção de certas espécies de flora e fauna raras, endémicas, em vias de extinção ou em declínio, e os ecossistemas frágeis, tais como zonas húmidas, dunas, mangais e corais, bem como a conservação da flora e fauna presentes no mesmo ecossistema”<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup> SERRA, 2007: 297

Mapa 1: Representa a localização dos Parques e Reservas Nacionais.



Fonte: MITUR, 2006.

O ecoturismo é promovido como um estímulo ao desenvolvimento de regiões com carências económicas. Por sua natureza, incentiva o aumento da criação de pequenos e médios negócios, incrementa a produção de bens e serviços, gera empregos e receita locais. Envolve um mercado bastante amplo e permanente dos turistas estrangeiros e domésticos.

A África Austral, como destino turístico, está ligada à selva, onde o “*Big-Five*”, o ecoturismo e outras experiências baseadas na natureza desempenham um papel importante<sup>96</sup>.

Moçambique com 2,5 mil quilómetros da costa aliada a uma vasta área de vida selvagem tornou-se um destino privilegiado para visitantes em busca de safari combinado com um descanso (lazer) nas belas praias que o país oferece<sup>97</sup>.

<sup>96</sup> PEDTM, 2004a: 22.

<sup>97</sup> PEDTM, 2004: 40.

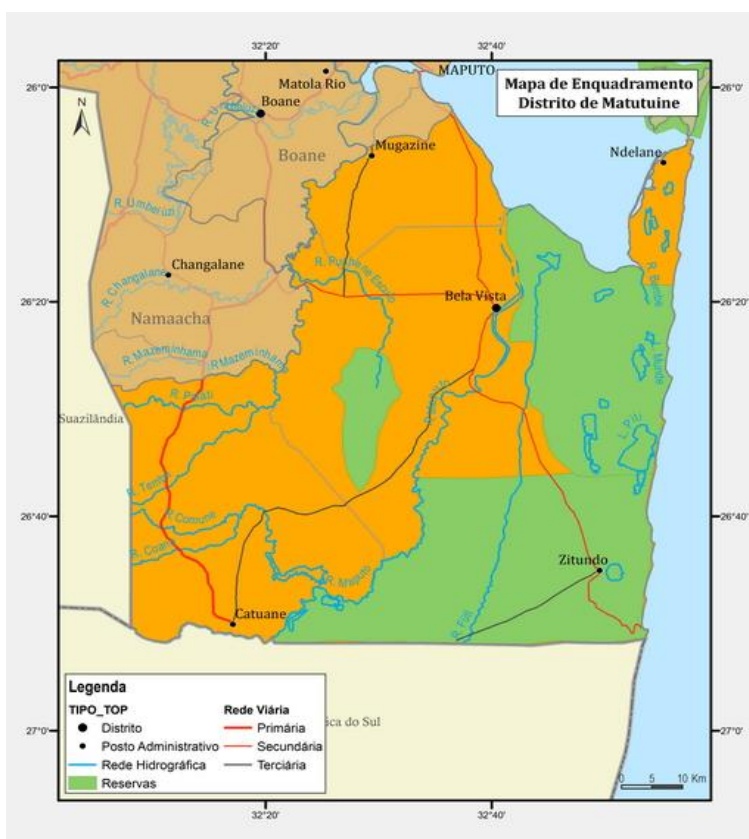
A atividade ecoturística, ainda se encontra numa fase inicial de desenvolvimento, mas em constante crescimento. Atualmente, apesar de a população não estar familiarizada com este conceito, tem sido notório a procura por atividades ligadas a natureza.

O potencial de um país com 2,5 mil quilómetros de costa aliada a uma vasta área de vida selvagem tornam Moçambique um destino perfeito para os visitantes em busca de um safari na África combinado com um descanso em praias de beleza intocada.

#### 4.2. Distrito de Matutuine Localização

O Distrito de Matutuine localiza-se na região sul de Moçambique no extremo sul da Província de Maputo, entre os paralelos 26° e 27° de latitude Sul e entre 32° e 33° de longitude Este. A Norte é limitado pela baía com a Cidade de Maputo, a Sul pela República da África do Sul, a Este é banhado pelo Oceano Índico e a Oeste limita-se com os Distritos de Namaacha e Boane e é confinado com o Reino da Suazilândia. Segundo ilustra o Mapa abaixo.

Mapa n° 2 representa o Distrito de Matutuine



Fonte: [www.retratorural.pmaputo.gov.mz/index](http://www.retratorural.pmaputo.gov.mz/index).

O Distrito tem uma superfície de 5,337 km<sup>2</sup> com uma população de 37,239 habitantes, segundo dados preliminares do Censo de População e Habitação de 2007. A densidade populacional é de 6,8 habitantes por km<sup>2</sup>, esta mostra a maior dispersão da população. A estrutura etária do distrito não foge à realidade do país: a maioria da população é jovem (39% com idade abaixo dos 15 anos), maior parte da população reside na zona rural. Distribuída em cinco postos administrativos de uma forma não uniforme, existindo áreas de maior concentração que contrastam com outros de menor concentração (tabela 7).

Tabela Nº 8 População do distrito de Matutuine

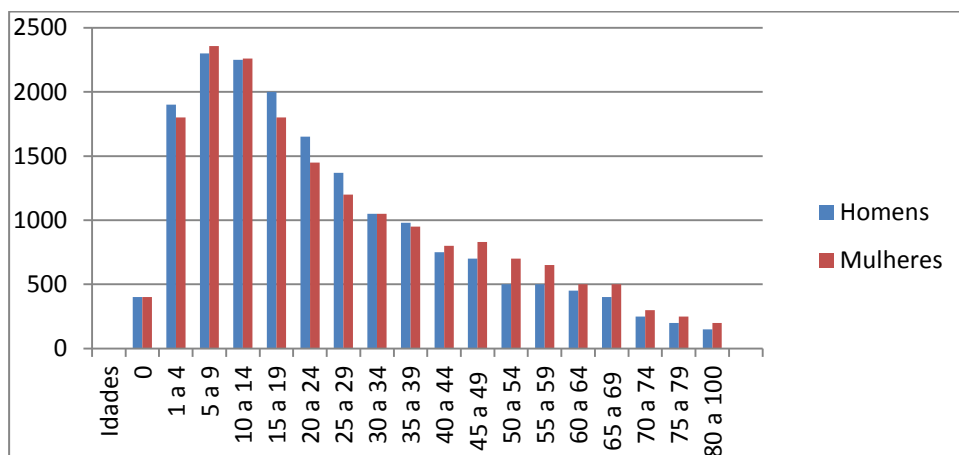
Posto Administrativo	Superfície (Km)	População Masculina	População Feminina	Total
Bela Vista	2.623	7.038	7.995	15.033
Catembe N'sime	450	2.700	2.812	5.512
Catuane	1.258	3.639	3.478	7.117
Machangulo	162	1.469	1.864	3.333
Zitundo	864	3.172	2.998	6.170
Total	5.337	18.018	19.147	37.165

Fonte: Governo do Distrito de Matutuine

A maioria da população do distrito de Matutuine pertence á etnia Ronga, parte do grande grupo populacional Tsonga. Ainda pode-se encontrar outras etnias como os Nguni (ligados à família Zulo da região do Natal na Africa do Sul e Suazilândia), os Tsua de Inhambane e os Changanas da Província de Gaza.

Como foi referenciado anterior o gráfico que se segue mostra a estrutura etário do distrito de Matutuine por idades.

Gráfico nº 1 Representa a estrutura Etária da População de Matutuine



Fonte: Adaptada pela autora com base em PEDD 2008

#### 4.2.1. Características socioeconómicas do Distrito de Matutuine

Do ponto de vista de caracterização socioeconómica do distrito identifica-se a urbanização, educação, habitação e principais atividades praticadas no distrito.

A taxa de urbanização é de 7%, concentrada na Vila de Bela Vista com uma população de 40,3%, quase metade da população total, enquanto Machangulo é menos populoso do distrito com 8,8%. A concentração no posto de Bela Vista justifica-se por este ser a sede do distrito, onde existe a maior parte de infraestruturas socioeconómicas, nas proximidades de vias de acesso transitáveis, enquanto Machangulo, localiza-se geograficamente a norte do distrito com vias de acesso num estado deplorável e as infraestruturas básicas são os principais fatores do número reduzido de habitantes<sup>98</sup>.

No que diz respeito a educação, a rede escolar do distrito é maioritariamente pública e é constituída, por mais de 74 estabelecimentos de ensino distribuídos pelos vários níveis, sendo de destacar: 1 de ensino secundário geral, 53 do EP1 (Escola Primaria do primeiro grau) e 20 do EP2 (Escola Primaria do segundo grau). O distrito regista dificuldades de acesso para níveis subsequentes de ensino. Um dos aspetos característicos da rede escolar é a baixa cobertura devido a escassez de infraestruturas, o que torna o acesso à educação mais difícil, principalmente, nas zonas rurais, onde os alunos têm que percorrer longas distâncias para aceder ao sistema de ensino<sup>99</sup>.

<sup>98</sup> MAE, 2005

<sup>99</sup> GPM, 2009.

Figura 1: representa a escola primária de Madjadjane na REM



Crédito fotográfico: elaborado pela autora

Quanto a habitação o distrito revela que o mesmo dispõe de residências cujo tipo de construção obedece as características e o potencial de recursos naturais existentes e explorada no local. Maior parte das habitações apresenta características comuns, sendo feitas por material precário (pau, caniço estacas e capim) num formato retângula ou palhota com pavimento de terra batida, teto de capim ou chapa de Zinco ou e paredes de caniço ou pau. (vide figura nº 2).

Figura Nº 2: Tipos de Habitação predominante na Região especial de Maputo



Crédito fotográfico: elaborado pela autora

As principais atividades praticadas pelos habitantes do distrito de Matutuine são a agricultura de sequeiro e de irrigação (esta última em pequena escala devido a dificuldades de equipamentos, enfrentadas pela maioria dos agricultores); a pecuária a apicultura; a pesca artesanal e o comércio de bens diversos como estratégia de sobrevivência. Tendo como principais culturas o milho, a mandioca, feijão e batata-doce. As espécies animais predominantes são o gado bovino, caprino e aves, para consumo familiar e comercialização.<sup>100</sup> Segundo ilustra a figura nº3.

Figura nº 3 O gado bovino, caprino e aves criados pela população da REM



Crédito fotográfico: Elaborada pela autora

#### 4.2.2. Reserva Especial de Maputo

Reserva Especial de Maputo (REM) é um espaço natural que foi criado, em 1960, através do Diploma Legislativo nº 1994 de 23 de Julho. Localiza-se no Distrito de Matutuine, da província de Maputo, na região sul de Moçambique a Sul da península de Machangulo. Limitada a norte pela Baía de Maputo, a oeste pelo Oceano Índico, a este pelos rios Maputo e Futti e por uma linha de dois quilómetros (2 km) de estrada de Salamanga, e a oeste pela Ponta do Ouro e pela extremidade sul do lago Xingute e pelo limite sul do lago Piti no Sul<sup>101</sup>. Como pode se observar no mapa nº3 que se segue.

---

<sup>100</sup> MAE, 2005 (s.d)

<sup>101</sup> DNAC, 2009: 4

Mapa nº3 da Reserva Especial de Maputo



Fonte: DNAC, 2009.

A área foi estabelecida essencialmente para proteger a população de elefantes, mais tarde, beneficiou-se da introdução do rinoceronte branco. A reserva possui componentes na costa e no interior com uma variedade de tipos de habitat de um valor excessivo de biodiversidade. Em 1990 a sua finalidade foi alargada com o reconhecimento crescente da importância da sua ampla diversidade e agora contribui para o sistema de áreas protegidas de Moçambique ao conservar a biodiversidade excepcional desta zona costeira na região biogeográfica de Tongoland-Pondoland<sup>102</sup>.

A REM ocupa uma área de cerca de 80,000 ha sem contar com a área da Extensão do Corredor do Futi. “É parte integrada da área de conservação transfronteiriça dos Libombos que inclui o corredor Futi que liga com a reserva de caça de Tembe Ndumo em Kuazulo Natal, na África do Sul. Atualmente a REM também integra a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro, tornando em uma das áreas de conservação mais importante do país”<sup>103</sup>.

<sup>102</sup> Região fitogeográfica de Moçambique que se estende da foz do rio Limpopo ao Porto Lizabeth na África do Sul.

<sup>103</sup> NTELA, 2013.

Embora a legislação Moçambicana não permita os assentamentos humanos dentro das áreas de conservação totalmente protegidas (Parques e Reservas Nacionais), a realidade é diferente, pois existem comunidades que vivem dentro das áreas protegidas, como se pode observar no mapa abaixo, referente às comunidades residentes na reserva e na zona tampão.

Mapa nº4 referente às comunidades residentes na reserva e na zona tampão.



Fonte: REM

#### 4.2.3. Caracterização da Reserva Especial de Maputo

Em seguida, apresentam-se as condições físico-naturais do Distrito de Matuituine, no geral, e da Reserva Especial de Maputo, em particular. Esses dados foram compilados a partir

do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Distrito (PEDD, 2009), Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo (PGREM, 2010-2014).

#### **4.2.3.1. Clima**

O clima do Distrito de Matutuíne não foge ao padrão geral prevalecente no Sul de Moçambique e que de uma forma geral é classificado como subtropical, onde ao longo do ano observa-se duas principais estações: a chuvosa e quente que vão de Outubro a Abril, e a seca e fria que vai de Maio a Setembro.

Do ponto de vista do comportamento das variáveis climáticas, como a temperatura, a precipitação e a evapotranspiração verifica-se a ocorrência de uma significativa variabilidade espacial. A precipitação apresenta uma variabilidade espacial significativa quando se caminha da costa para o interior e ao longo da orla costeira observam-se valores médios de precipitação anual na ordem dos 1000 mm decrescendo à medida que se caminha para o interior até aos níveis de 600 mm.

Ao longo da fronteira ocidental, verifica-se uma ligeira subida dos níveis pluviómetros, justificada pelos efeitos da altitude. Registam-se temperaturas elevadas, com valor médio anual superior a 24° C, com amplitude térmica anual inferior a 10° C e com uma média anual de humidade relativa entre 55% e 75%. O clima da REM é caracterizado por um verão quente e húmido (Outubro a Março com temperaturas que variam entre os 26°C e os 30°C) e por um inverno frio e seco (Abril a Setembro com temperaturas que variam entre os 14°C e os 26°C). A precipitação pluviométrica anual média varia entre 690-1000 mm.

A característica mais impressionante do clima nesta região é a variação da precipitação pluviométrica na área, no sentido Este a Oeste ou em direção ao interior. Perto da costa, a Este da região, a média de precipitação pluviométrica varia entre os 1000 e 1100 mm anualmente, mas este valor declina progressivamente à medida que nos dirigimos ao interior para apenas 600 mm anualmente na margem Oeste da região.

#### **4.2.3.2. Vegetação**

A Reserva de Maputo, possui componentes na costa e no interior, com um variável tipo de habitat e um remarcável valor de biodiversidade. A sua ligação com o Centro de

Diversidade de Plantas Maputoland<sup>104</sup>, rico em diversidade de espécies e em endemismo, que inclui: savanas, florestas de dunas costeiras, floresta de zonas pantanosas, floresta de terras arenosas, floresta de zonas húmidas e planícies inundáveis dos rios Maputo e Futi, floresta de Mangais na garganta do rio Maputo e ainda florestas de eucalipto artificial, intrusos na vegetação natural da REM<sup>105</sup>.

A Reserva é interessante porque situa-se numa parte deste centro de endemismo significativo de plantas, uma das quatro únicas identificadas na África Austral. A área está na posição estratégica do limite sul dos trópicos e contém espécies das zonas temperadas do sul.

Apresenta uma surpreendente variedade de combinação de comunidades de plantas e ecossistemas, algumas das quais não são protegidas em mais nenhum lugar na África Austral. Terras húmidas de significado internacional: a reserva e seus arredores possuem uma variedade de comunidades de terras húmidas, incluindo as margens estuarinas.

Figura nº 4 representa Floresta das zonas húmidas e pantanosas



Crédito fotográfico: PEDD, 2009

---

<sup>104</sup> O centro diversidade de plantas de Maputoland, é uma região que abrange Moçambique, África do Sul e Suazilândia, que contém elevados níveis de riqueza de espécies diversos entre animais e plantas. DNAC. 2009, pp. 6

<sup>105</sup> REM – Reserva Especial de Maputo

#### **4.2.3.3. Hidrografia**

Do ponto de vista físico a região é definida pelas bacias dos rios Maputo e Tembe, e tem como os principais rios: Maputo, Tembe, Futi, Nsele e Chilichili. Estes são por sua vez condicionados pelo regime climático prevalecente na zona, o que lhes confere um carácter marcadamente sazonal, outra característica prende-se ao fato da maior parte destes rios ter sua origem fora dos limites do território Moçambicano, tal regime hídrico é igualmente condicionado pelo padrão de exploração destes rios nos países em que nascem.

Na conformação dos seus caudais médios anuais, grande contributo é determinado pelas quedas pluviométricas além-fronteira, sendo também de destacar as quedas pluviométricas ao longo da cordilheira dos grandes Libombos. Ao longo da faixa central da REM até a costa, a topografia de natureza sedimentar do substrato geológico constitui um dos principais reguladores do regime hídrico dos rios, uma vez que tratando-se já da parte terminal dos rios, as quedas pluviométricas não têm expressão de realce sobre os caudais. A REM é caracterizada pela existência de três rios principais, nomeadamente o rio Futi, o rio Maputo e o rio Tembe, apresenta ainda vários lagos com realce para os lagos Piti, Chingute e Mundi.

#### **4.2.3.4. Geologia e Geomorfologia**

As características geológicas do Distrito de Matutuíne assemelham-se ao padrão comum da faixa costeira do Sul de Moçambique. Predominam formações de terciário e quaternários resultantes dos vários ciclos de transgressão e regressão marinhas que ocorrem desde o pleistoceno<sup>106</sup>. Ao longo das formações do terciário e quaternário predominam os depósitos sedimentares com distintos estágios de consolidação. Ao longo dos sopés dos Libombos predominam os riolitos.

A geomorfologia da REM é caracterizada pela prevalência da planície litoral grandemente modelada pelos processos de deposição oceânica (sedimentos arenosos) e fluvial (aluviões). Pode ser caracterizada como uma zona que forma fundamentalmente o regime oceânico através dos movimentos de transgressão e regressão marinhas e os regimes de erosão e deposição ligados aos principais sistemas fluviais dos rios Maputo e Tembe. É ao longo destes sistemas fluviais que ocorrem os principais depósitos aluvionares, o que determina a conformação de unidades ecológicas específicas na forma de corredores.

---

<sup>106</sup> A época geológica, que começou a 2,58 milhões de anos atrás, onde aconteceram mudanças climáticas radica. Foi no Pleistoceno que o homem viu a última idade do gelo e que o Homo Sapiens surgiu e evoluiu, espalhando-se em todo os cantos da Terra mudando a paisagem e até o clima. POPP, 1998: 362.

A região de Maputaland é constituída quase na sua totalidade por planícies costeiras rasas de nível baixo, cuja elevação máxima está na ordem dos 150m e faz parte da planície costeira. No entanto, para o Oeste surge uma elevação de cerca de 600m desde a estratificação das suas rochas matriz que são compostas por quatro categorias, ou seja, riolitos de stormberg, sedimentos do cretáceo, sedimentos terciários e sedimentos recentes e do pleistoceno.

No interior, destaca-se a cadeia dos Libombos que é de origem vulcânica e de uma configuração geomorfológica da orla fronteira, bem diferente de outra parte do Distrito.

Sendo constituída por uma base geológico de rochas riolíticas, que apresenta evidências de maior resistência aos processos de meteorização e erosão o que determina a ocorrência de solos aluvionares salinizados.

#### **4.2.3.5. Solos**

Os solos da REM são maioritariamente solos arenosos ao longo da costa que se caracterizam pela fraca capacidade de retenção da água e conseqüentemente uma taxa elevada de infiltração.

Ao longo dos principais vales fluviais ocorrem solos aluvionares com elevadas concentrações de argila, o que determina uma significativa capacidade de retenção de água, nas porções mais próximas ao sistema oceânico, os índices de intrusão salina são de certo modo consideráveis nestes vales fluviais, o que determina a ocorrência de solos salinizados.

Nas regiões correspondentes ao sopé da cordilheira dos Grandes Libombos, a natureza basáltica a base geológico, determina a formação dos solos basálticos e argilosos, estes tipos de solos são geralmente muito férteis e com significativa capacidade de retenção da água. As características dos solos influenciam os padrões de desenvolvimento agrícola no distrito, de tal forma que as áreas localizadas ao longo do Rio Maputo são as que proporcionam maior produção e produtividade agrícola.

Dentro da área de estudo, a variação altitudinal varia desde o nível do mar até 194m acima do mar, com as áreas mais elevadas caracterizadas pelas dunas à Este. Em direção a zona costeira as áreas mais baixas na planície aluvial do rio Maputo situam-se a Oeste da REM.

De forma geral, a REM está rodeada de paisagens e vistas marinhas de beleza excepcional, que incluem extensas paisagens ondulantes de pântanos, pastos, florestas e sulcos

cobertos de floresta, enquanto a vista marinha incluem mares turquesa e praias de areia branca delimitadas por dunas costeiras arborizadas.

#### 4.2.3.6. Fauna

Figura nº 5 Elefantes, zebras, girafas e búfalos da REM



Crédito fotográfico: elaborado pela autora

A Reserva de Maputo, possui uma população superior a 350 elefantes concentrados na parte noroeste da reserva. É única população remanescente de elefantes na província de Maputo. É a que se situa mais a sul do continente além das do Parque de Elefantes de Tembe

e do Parque Nacional do Addo (África do Sul). Suspeita-se que esta população e as de Tembe constituam um grupo genético muito particular<sup>107</sup>.

É uma reserva ainda em desenvolvimento com um potencial turístico invejável, em ver os elefantes a mergulharem na imensidão do verde. Além do elefante, pode se ver outros mamíferos: zebras, girafas, rinocerontes, hipopótamo, cabrito vermelho e cinzento, varias espécies de antílopes como o chango, cudo, piva macaco de cara preta, macaco cão, búfalos e muitos pássaros, entre eles a famosa águia pesqueira e outros tipos de animais.

A reserva comporta uma variedade de espécies de aves devido a sua ampla gama de tipo de habitats, sendo que pode se encontrar 472 espécies de pássaros dos quais cinco espécies e 43 subespécies são quase endémicas.

A linha costeira é um local de nicho importante para tartaruga-gigantes e tartarugas-boba. Suporta pelo menos três espécies endémicas (peixes que ocorrem em determinada área ou ecossistema). A fauna marinha é muito variada, incluindo baleias, golfinhos, tartarugas marinhas que nidificam ao longo da costa e inumeráveis espécies de peixes.

A REM apresenta uma variedade de ecossistemas<sup>108</sup> marinhos que suportam várias espécies de fauna com valor ecológico e económico onde se destaca: tubarões, baleia, tubarões como do zambezi e tigre, vários mamíferos únicos como o dugongo e duas espécies de golfinhos (golfinho corcunda, golfinho-comum) baleias (baleia jubarte) e ainda tartarugas marinhas<sup>109</sup>. Assim como uma considerável população de crocodilos do Nilo, uma espécie de crocodilo africano cuja distribuição se estende desde a bacia do Nilo às regiões do sul do deserto do Sahara e ainda à costa ocidental de Madagáscar, jiboia africana com elevado nível de endemismo.

---

<sup>107</sup> DNAC, 2009: 5

<sup>108</sup> Ecossistema, é o conjunto de componentes abióticos (água, sais, solo, ar, etc) e bióticos (seres vivos) que num determinado meio trocam matéria e energia Marcondes, 1981:21

<sup>109</sup> PGREM 2010-2014

Figura nº 6 representa: Tartaruga marinha verde e a cegonha branca da REM



Crédito fotográfico: REM

#### **4.3. Atividades turísticas na Reserva Especial de Maputo**

O turismo e a natureza são realidades que sempre estiveram intimamente relacionados, considerando que os atrativos naturais constituem um dos principais fatores e motivadores dos fluxos turísticos.

Assim, o turismo na REM pode ser considerado uma atividade derivada do aproveitamento dos atrativos da natureza e por conseguinte da utilização dos variados ambientes como praia, pesca desportiva, observação da fauna e paisagens.

Sendo turismo uma atividade económica representada pelo conjunto de transações, compras e vendas de serviços turísticos efetuados entre os agentes económicos do turismo, gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área em que tem residência fixa por qualquer motivo excetuando-se de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (Organização Mundial do Turismo). A Reserva Especial de Maputo constitui uma das principais atrações turísticos do Distrito de Matutuine. O principal atrativo turístico são os elefantes com um conjunto alto de valor de biodiversidade, onde se pode observar uma variedade de espécies de flora e fauna. A existência de lindas praias num ambiente costeiro paradisíaco confere à REM um enorme potencial para desenvolvimento das atividades turísticas. Apesar de a REM ser um destino de atrativo natural, ainda num estágio inicial, carecendo, desta feita, de infraestruturas de base para a expansão do turismo.

Atualmente grande partes dos investimentos em turismo no Distrito de Matutuine encontram-se na zona tampão da REM, a saber: ponta de Ouro, ponta Malongane e ponta Manoli, onde o turismo apresenta um nível considerável de desenvolvimento<sup>110</sup>.

Na zona de Matutuine, no corredor de Futi, está sendo desenvolvido um ecoturismo que beneficia a população local, nomeadamente: os dois *lodges* comunitários, “ o *Lodge* de Madjadjane e Titi, geridos pela população e financiados por algumas ONG`s.

Segundo dados colhidas através do responsável da REM indicam uma evolução de números de entradas de visitantes entre 2010 e 2011 quando registou entrada de pelo menos 5.288 visitantes e 5.615 respetivamente como mostra o quadro abaixo.

Tabela nº9: Fluxo turístico 2010 e 2011 na REM

Nº	Mês	2010		2011	
		Nº Turistas	Nº Veículos	Nº Turistas	Nº Veículos
1	Janeiro	275	112	251	88
2	Fevereiro	263	102	363	134
3	Março	409	150	430	162
4	Abril	529	179	683	267
5	Maio	319	114	403	144
6	Junho	549	180	453	135
7	Julho	371	143	288	109
8	Agosto	435	146	514	179
9	Setembro	436	153	370	122
10	Outubro	416	150	641	219
11	Novembro	424	173	502	169

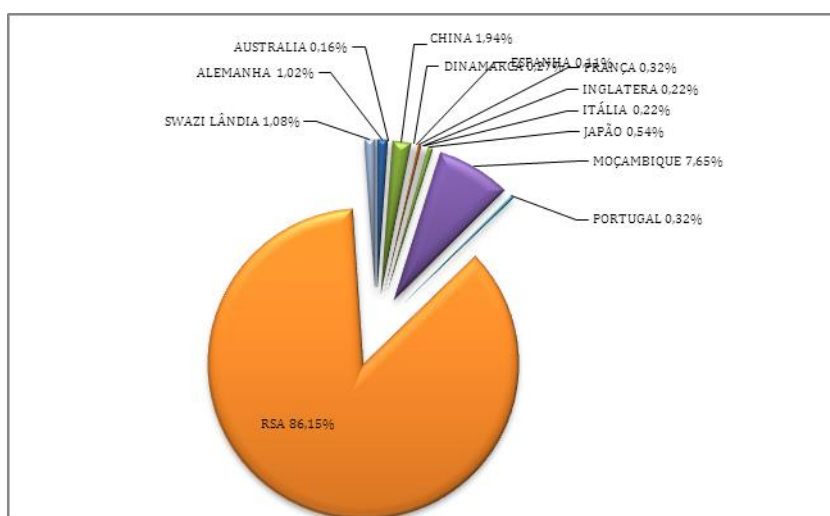
<sup>110</sup> MARULO, 2012: 79.

12	Dezembro	860	301	717	237
	Total	5.288	1.908	5.615	1.986

Fonte: Adaptado pela autora com base em dados da REM

Analisando os dados disponíveis no gráfico 2 apresentam a distribuição percentual de visitantes por nacionalidades onde se pode observar que o mercado emissor de visitantes da REM é maioritariamente a Sul africana seguida do nacional.

Gráfico nº2 distribuição percentual de visitantes por nacionalidade



Fonte: REM

Todavia, mesmo com este conjunto de atrativos paisagísticos, ecológicos e culturais as visitas a reserva ainda não ocorre de forma organizada, limitando-se a ocasionais visitas por parte de aventureiros que utilizam seus próprios veículos e praticam o campismo. A dificuldade de acesso a região, que atualmente só pode ser alcançada por estradas de terra batida. No período chuvoso dada a textura arenosa do solo, o tráfego é muito crítico e se realiza em condições de extremamente difíceis em extensos trechos das rodovias.

O acesso a reserva pode ser feito pelas seguintes vias: 1) a estrada Boane - Ponta do Ouro. Turistas Sul-africanos, da Suazilândia e outros recorrem a esta via. A mesma é usada por turistas domésticos provenientes da Cidade de Maputo e de outros pontos do país; 2) a estrada Catembe - Ponta do Ouro que inicia após a travessia da Baía de Maputo, constitui também um dos acessos, com a vantagem de ser relativamente curta. Estas duas vias têm sido

difíceis de transitar no período chuvoso; 3) pode se optar por ir de barco até Inhaca, pernoitar na Ilha, ou apanhar um transfer para a praia de Ponta Torres e dali apanhar outro barco até Santa Maria. Pode se pernoitar no Nhongonhane Lodge e de lá fazer um safari dentro da reserva; e 4) através de aeródromo localizado na Ponta do Ouro que atualmente está inoperacional requerendo uma reabilitação de raiz.

## **5. Apresentação e análise dos resultados da pesquisa**

Neste ponto são apresentados os resultados da pesquisa sobre a contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local (Reserva Especial de Maputo), analisa-se os impactos do ecoturismo desenvolvido no local e a situação socioeconómica da população local, tendo em conta que, o desenvolvimento, como já foi referido, implica as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores económicos, devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social.

Neste contexto, para avaliar a contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local elaborou-se um inquérito por questionário de escolha múltipla com as seguintes opções que afirmavam que o Ecoturismo: contribui para criação do emprego; aumenta o rendimento dos residentes da reserva; promove o desenvolvimento das atividades económicas locais; promove oportunidades para a diversificação económica local; contribui para a diversificação e qualidade dos serviços oferecidos localmente e entre outros.

Os questionados escolheram uma opção, dentre cinco, onde as escolhas foram: Discordo totalmente, Discordo, Indeciso, Concordo ou Concordo totalmente.

Feito a recolha dos dados elaborou-se a tabela 11 (Anexo 2), que a partir dela calculou-se as médias, variâncias e desvios padrão das opções escolhidas em todas as afirmações como mostra a tabela abaixo.

Tabela 10: médias, variâncias e desvios padrão das opções escolhidas nas afirmações relacionadas com Contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local

Contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local	Média	Variância	Desvio Padrão
Discorda totalmente	8,92	8,800461539	2,966557186
Discorda	15,08	15,09093077	3,884704725
Indeciso	4,52	7,065153846	2,658035713
Concorda	18,08	28,72769231	5,36261991
Concorda totalmente	6,08	3,977884615	1,994463492

Fonte: elaborada pela autora através dos dados colectados no mês de Maio de 2014 na REM

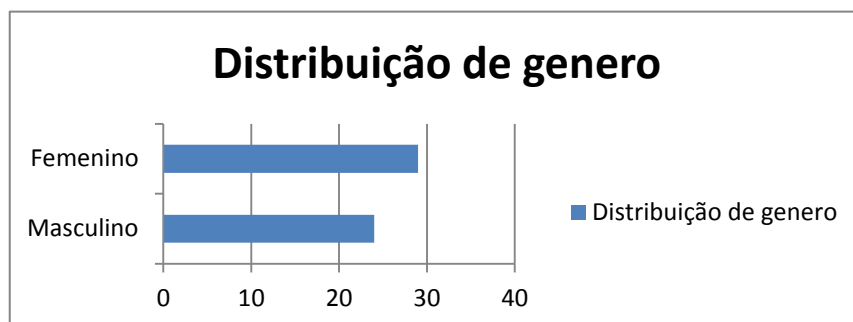
A tabela 10 mostra que uma media aproximadamente de 9 pessoas discordaram totalmente as afirmações relacionadas com a contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local, as mesma afirmações, uma media de 15 indivíduos dos 53 questionados discordam e aproximadamente 18 indivíduos concordaram e 6 concordaram totalmente, onde 5 estavam indeciso em escolher uma das opções colocadas.

### 5.1. Características sociodemográficas da população inquerida

Os inquéritos foram realizados no interior da REM e zona tampão que constituem a área de estudo, tendo sido inqueridas no total 53 pessoas assim distribuídos: 18 residentes na Salamanga, 8 no Muvukuza, 5 no Tsobombane, 7 no Massuane e 15 no Madjadjani.

A distribuição percentual de género entre os inqueridos apresenta-se da seguinte forma: 24 são de sexo masculino (46,1) e 31 do sexo feminino (58,4) como mostra a figura 2 a seguir.

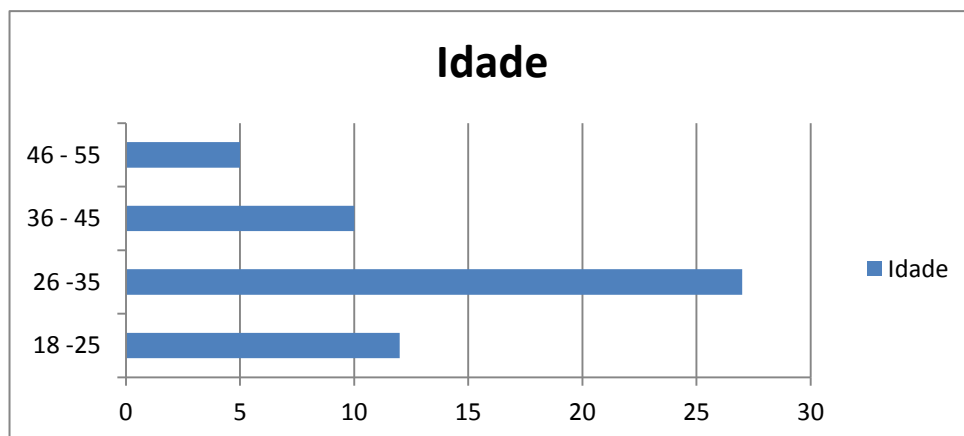
Gráfico n° 3 representa a distribuição da população por género



Fonte: elaborada pela autora

Dos resultados de questionários pode observou-se que a idade média dos inqueridos ronda nos 35 anos, onde o maior número apresenta-se na faixa etária entre 26 a 35 anos, que corresponde a mais 50% dos inqueridos. Sendo que a idade máxima é de 51 anos e a mínima de 18 anos, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico n° 4 distribuição da população inquirida por idade



Fonte: elaborada pela autora

No que diz respeito à situação profissional dos inqueridos, a atividade doméstica é a predominante (49%), seguido de empregados de serviços, (24,5%), de estudantes (16,9%), de desempregado (7,5%) e de reformado (3,7%).

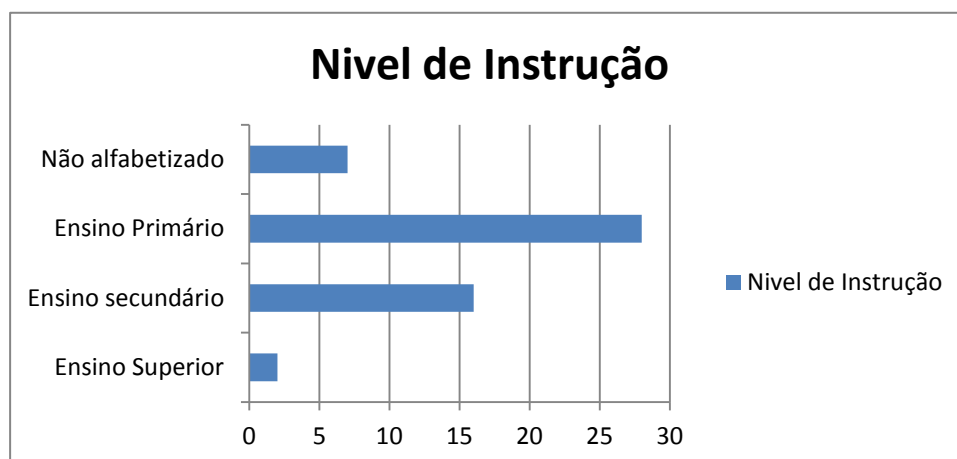
Gráfico N° 5: Distribuição da população inquirida por profissão



Fonte: elaborada pela autora

Relativo ao nível de escolaridade, observa-se que das 53 pessoas inqueridas a maior percentagem é dos que frequentaram a escola até ao ensino primário do primeiro grau (1ª a 5ª classe), correspondente (52,8%). Nos demais níveis, com ensino secundário (30,1%), com ensino superior (3,7) e não alfabetizados (13,2%). Segundo mostra o gráfico nº6.

Gráfico Nº 6: Distribuição por Nível de escolaridade



Fonte: elaborado pela autora

## 5.2. Resultados dos inquéritos dos residentes da reserva e zona tampão

Para avaliar a importância do ecoturismo no desenvolvimento local, realizou-se inquérito por questionário ao responsável da REM, aos 53 residentes da REM e da zona tampão, adotou-se uma escala de 1 a 3, onde 1 significa não concordo, o 2 concordo e o 3 concordo totalmente. Do qual produziu-se os seguintes resultados.

### 5.2.1. Resultado do inquérito dirigida ao responsável da REM

Para analisar a atividade da reserva, foi realizado um questionário com perguntas fechadas e abertas dirigidas ao Responsável da REM. À partida, procurou-se conhecer da existência dum registo de dados dos visitantes, pelo que, o responsável assegurou a existência registo de dados embora não tivemos oportunidade de ver.

Para compreender se o número dos funcionários da reserva correspondia a procura turística da mesma. Para esta questão, é considerado suficiente pois tem dado uma resposta eficaz a procura turística da reserva.

Relacionado com a formação dos funcionários da reserva o responsável afirmou que possuem formação de fiscais de floresta e fauna bravia e primeiros socorros, não tendo

nenhuma formação em turismo. Em relação ao tipo serviço prestado aos visitantes, o mesmo disse realiza-se o acompanhamento dos visitantes, controlo do campismo (trabalho de guia).

O fornecimento de material educativo representa uma vertente a ser conciliada com os princípios propostos pelo ecoturismo (Educação Ambiente dos visitantes). Assim o diretor deu a conhecer a existência de material educativo para os visitantes. O fornecimento de material educativo representa uma vertente a ser conciliada com os princípios propostos pelo ecoturismo. Assim o diretor afirmou existir material educativo para os visitantes. As principais atividades na reserva são a observação de diversas espécies de flora, fauna, a pesca e o campismo.

A cobrança de entradas e outras taxas associados ao ecoturismo pode suplementar os orçamentos governamentais existentes e fornecer incentivos para conservação.<sup>111</sup>

Neste âmbito procurou-se saber junto ao responsável da reserva sobre a cobrança das taxas de entradas, tendo afirmado que eram cobrados e 80% dos mesmos são aplicado pelo Governo e os restantes 20% são direcionados as comunidades residentes da reserva. Afirmou também existir parceria entre a reserva e empresas privadas. Embora não tenha revelado os nomes das respetivas empresas.

Quanto ao número limite de entradas. O mesmo deu a conhecer que não existe um limite de entradas dos visitantes na reserva. Segundo Ruschman, “não existe limite claramente definido, uma vez que a capacidade de um atrativo, de uma área ou local depende de elementos culturais naturais que variam tanto espacial como temporal”<sup>112</sup>.

No que diz respeito a questão colocada sobre os efeitos negativos provocados pelo turismo na reserva. Segundo o responsável, constata-se que existe o problema de abandono das atividades agrícolas por parte das comunidades residentes para se dedicar ao trabalho ligado ao turismo como por exemplo o trabalho de guia. Primeiro ser uma atividade dá algum benefício para a sobrevivência das famílias principalmente na época do pico, segundo a invasão dos animais as culturas.

Por último foi questionado sobre as possíveis reclamações dos visitantes. Tendo respondido que têm havido reclamação relacionados com a falta de alojamento propício dentro da reserva. Não obstante existir nas imediações da reserva.

---

<sup>111</sup> LINDBERG e HUBER, 2002: 143

<sup>112</sup> RUSCHMAN, 1997: 116

### **5.2.2. Resultados inquiridos realizados a população**

Relacionado com a contribuição do ecoturismo ao desenvolvimento e diversificação da económico cerca de 67,1% dos inquiridos responderam positivamente, 27,4% não concordaram com o facto de o ecoturismo ser um fator de desenvolvimento e diversificação da economia e uma percentagem de 5,5% revelou ser um aspeto contribuinte de diversificação da economia.

No que tange ao segundo item mais de 50% afirmaram que o ecoturismo tinha influência indispensável no aumento dos preços dos produtos devido ao facto de provocar o movimento de turistas domésticos e internacionais e 45,4% não concordaram com o afirmado no segundo item.

No concernente ao 3º item, 54,7% dos inquiridos foram os que opinaram a favor de aumento das vendas de produtos provocado pelo ecoturismo. Mas o mesmo não acontece com cerca de 32,1%, na medida em que, estes não concordaram com posicionamento exposto no número três, evocando como razão da sua refutação o facto de sempre ter sido regular a venda dos produtos. Uma percentagem reduzida, de 13,2 é que afirmou ser infalível a contribuição do ecoturismo no aumento de vendas dos produtos.

Para o item respeitante a pesca ilegal, verificou-se que abaixo de 50% dos inquiridos, representados por cerca de 40,6% não concordam com a afirmação segundo a qual o ecoturismo incita a prática da pesca ilegal na REM. 46,2% defendem que, o ecoturismo promove ou facilita a realização da pesca ilegal pelos visitantes e 13,6% advogam que mesmo que se observe as visitas massivas dos visitantes da REM, estes, não têm contribuição alguma no que diz respeito ao aumento da pesca ilegal.

Quanto ao investimento local, depreendeu-se que, maior número dos inquiridos, representando 77,2% concordou com a ideia, segundo a qual o turismo é um fenómeno catalisador incontornável de investimentos para a REM. Para cerca de 13,2% dos inquiridos não concorda com a ideia de a REM possuir condições ecoturísticas capazes de facilitar investimentos de para a REM. E uma percentagem de 9,6 demonstrou objecção ao referido no item cinco.

Cerca de 72,7% dos inquiridos advogam que o ecoturismo incentiva o desenvolvimento de arte e ofício aos residentes da REM, pois eles acreditam haver mercado para venda dos produtos artesanais, quando há facilidade de receção de turistas na REM. 27,3% acreditam que as realizações turísticas são elementos contribuintes incontornáveis para

o desenvolvimento de arte e ofício (artesanato), não havendo ninguém que se oponha ao que é defendido pelos dois lados.

Tomando como argumento a realização de atividades tendentes ao apoio dos turistas nas suas visitas a REM, 68,1% dos inqueridos defenderam que as práticas turísticas contribuíam no envolvimento da comunidade na gestão da mesma e cerca de 31,9 disseram que influenciava em larga escala para o envolvimento da comunidade na gestão das atividades turísticas, a título do exemplo, a existência de dois projetos comunitárias na região de Madjadjane e Gala.

Relativo a criação de emprego, maior parte dos inquiridos (36,4%) da área estudo, consideram que o ecoturismo pouco contribui para criação de emprego; enquanto (31,8%) são da opinião de que o ecoturismo contribui na criação de emprego, e 22,7% dão nota positiva a atividade ecoturística na criação de emprego.

Para que o turismo seja praticado de maneira correta, é necessário que os visitantes tenham a seu dispor serviços essenciais e equipamentos turísticos que possam manter a beleza do atrativo turístico. Esses elementos que compõem a infraestrutura possibilitam a manutenção da atividade tanto no aspeto logístico quanto na conservação.

Em relação a melhoria da infraestrutura local, 54,7% apontam que houve melhoria e 27,2% são muito otimista quanto a contribuição da atividade turista na melhoria das infraestruturas e 18,1% acham que são pouco os benefícios que o turismo traz na melhoria das infraestruturas na área de estudo,

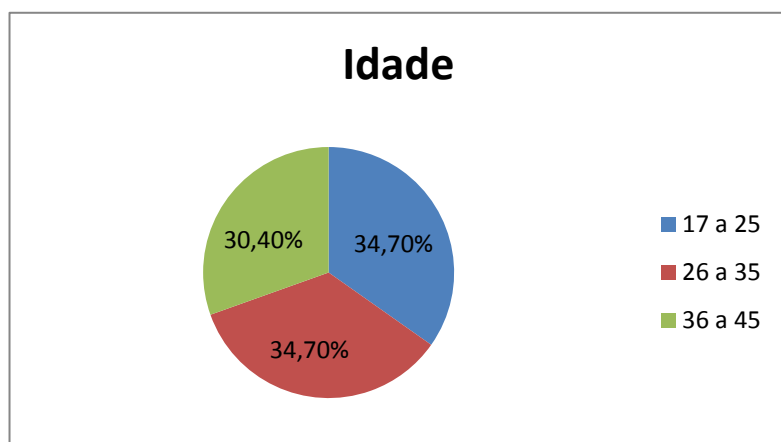
Em relação ao acesso a educação e formação profissional, 54,7% são da opinião de que não se faz sentir a contribuição da atividade no acesso a educação e formação profissional, enquanto 31,8 acham que existe uma contribuição e 13,5 concordam totalmente com prestação desta atividade na educação e formação profissional.

### **5.2.3. Resultados dos inquéritos do grau satisfação dos turistas que visitam a REM.**

Com relação ao género dos turistas que visitam a REM, não há diferença significativa, visto que foram inquiridos (56,5%) são do género masculino e (43,4%) do género feminino.

No que se refere a idade, foram homogéneas, as faixas etárias entre 17 a 25 anos e entre 26 a 35 anos, que representam ambos (34,7%) totais de visitantes, respetivamente. No entanto, a maior parte dos visitantes (30,4%) tem entre 36 e 45 anos. O que caracteriza um perfil de turistas jovens e adultos, que se enquadra no perfil de ecoturistas estudados por Ruschmann (2002).

Gráfico nº7 ilustra dados percentuais das idades do perfil do visitante



Fonte: elaborada pela autora

Quanto ao nível de escolaridade entre os visitantes dos inquiridos observou-se que (47,8%) possuem nível do ensino superior, (39,1%) entre primeiro a terceiro ciclo e (13%) com ensino secundário.

De acordo com os estudos de Barros e Dines (2000) citado em Campos, “os ecoturistas apresentam um bom nível de escolaridade e são, normalmente, mais recetivos e conscientes das necessidades de conservação ambiental e das atratividades ecoturísticas. Portanto, se orientados, podem apresentar alto grau de comprometimento para a conservação destes locais, favorecendo, ainda, a implantação de projetos de educação ambiental”<sup>113</sup>.

Relativamente a ocupação a maioria dos inquiridos são estudantes (60,8%) enquanto (13%) correspondem aos domésticos e empregados e (4,3%) é reformado.

Em relação ao número de visitas que os inquiridos já fizeram à reserva, a maioria (65,2%) estava realizando sua primeira visita. No entanto, uma parcela também significativa de (30,4%) costuma visitar o destino mais de uma vez.

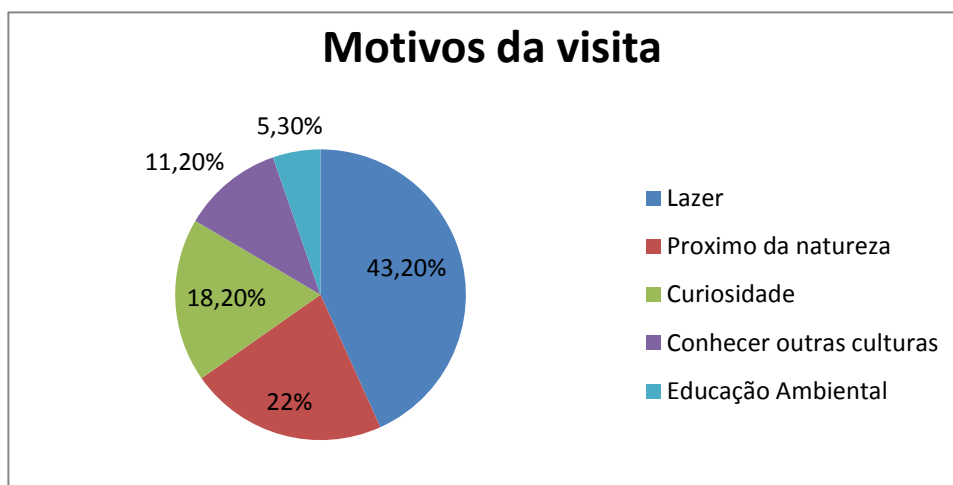
A frequência com que as pessoas voltam a um mesmo destino pode se transformar em um ótimo fator de conservação do ambiente. Quando as pessoas assumem um ambiente como seu, quando sentem que fazem parte daquele ambiente, dificilmente vão querer agredi-lo, porque sabem que estarão agredindo as si mesmas.

<sup>113</sup> CAMPOS et al 2011: 404

Relacionado com quem viajam, (47,8%) dos inquiridos declararam terem viajado com amigos, (34,7%) com familiares, (13%) em grupo organizado em três e (4,3%) afirmou viajar sozinho.

Também foi questionado aos visitantes quanto aos motivos da visita a REM. (43,2%) mencionaram lazer, (22%) o motivo da visita é estar próximo da natureza, (18,2%) apontaram curiosidade, (11,2%) conhecer outras culturas e finalmente (5,3%) promover a educação ambiental. Embora a maior citam lazer com motivo principal. Seria interessante um trabalho de educação ambiental, como forma de educar o visitante e a comunidade local para a valorização dos elementos naturais, o que pode tornar esta atividade mais proveitosa e mais agradável do que, simplesmente, chegar ao destino.

Gráfico nº8 ilustra dados percentuais dos motivos de visita a REM



Fonte: elaborado pela autora

Quanto ao meio de propaganda que influenciou a visitar a REM. Dos 23 inquiridos, (60,8%) disseram que foi sugestão de amigos e familiares, (26%) através da internet e (13%) sugestão de agências de viagem.

1. Relativo hospedagem durante a estadia o número maior dos inquiridos assegurou que se hospedaram em tendas de campismo, (26%) no hotel e (4,3%) no *Guest House*.

Para avaliar a satisfação do visitante com a experiência de viagem a reserva, solicitou-se ao mesmo para fazer uma avaliação geral da Reserva em menos satisfeito, satisfeito, e muito satisfeito.

Respondendo ao questionário, (47,8%) dos visitantes consideram satisfeitos, (43,4) acham muito satisfeito e (8,6%) indicou menos satisfeito. Não obstante a falta de condições de hospedagem no interior da reserva.

## **6. Considerações finais**

Com a presente dissertação pretendeu-se averiguar se atividade ecoturística praticada na Reserva Especial de Maputo contribui para o desenvolvimento local. Avançou-se a hipótese de que a REM é um local onde o ecoturismo pode se afirmar como um importante setor de atividade e motivador do desenvolvimento local sustentável, pela sua localização (próxima da cidade de Maputo, fazendo fronteira com África de Sul e Swazilândia) situação geográfica e dotado de recursos naturais e paisagísticos únicos.

A partir dos resultados da pesquisa chegou-se às seguintes conclusões:

1. O ecoturismo é um segmento do turismo que se distingue das restantes formas de turismo sustentável por agrupar um conjunto de princípios que visam a preservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e a sensibilização do visitante para as questões da área visitada. Sendo o ecoturismo uma atividade promissora de desenvolvimento sustentável e desperta o interesse e a curiosidade de se perceber as oportunidades que o mesmo oferece. Ele é promovido como um estímulo ao desenvolvimento de regiões com carências económicas. Por sua natureza, incentiva o aumento da criação de pequenos e médios negócios, incrementa a produção de bens e serviços, cria empregos e receita locais, em suma, envolve um mercado bastante amplo e permanente dos turistas estrangeiros e domésticos;
2. A REM ocupa uma área de cerca de 700 km<sup>2</sup> sem contar com a área da Extensão do Corredor do Futi. “É parte integrada da área de conservação transfronteiriça dos Libombos que inclui o corredor Futi que liga com a reserva de caça de Tembe Ndumo em Kuazulo Natal, na África do Sul. Atualmente a REM também integra a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro, tornando em uma das áreas de conservação mais importante do país. A área foi estabelecida essencialmente para proteger a população de elefantes, mais tarde, beneficiou-se da introdução do rinoceronte branco. A reserva possui componentes na costa e no interior com uma variedade de tipos de habitat de um valor excessivo de biodiversidade;

3. As principais atividades na REM são a observação de diversas espécies de flora, fauna, a pesca e o campismo;
4. O fornecimento de material educativo representa uma vertente a ser conciliada com os princípios propostos pelo ecoturismo (Educação Ambiente dos visitantes);
5. Embora a atividade ecoturística seja incipiente na REM, observa-se um esforço acentuado de desenvolvimento da mesma, quer pelos recursos naturais existentes, quer pela necessidade de alternativas sustentáveis para a criação de emprego e renda que beneficie as populações anfitriãs e a própria conservação destes recursos;
6. Segundo o inquérito realizado ao responsável da reserva, constatou-se que o valor da taxa de entradas praticada na reserva, 80% do mesmo é aplicado pelo Governo e o restante 20% é direcionado as comunidades residentes da reserva, conclui-se ainda que, regista-se o problema de abandono das atividades agrícolas por parte das comunidades residentes para se dedicar ao trabalho ligado ao turismo como por exemplo o trabalho de guia; por este ser uma atividade rentável principalmente na época de pico.
7. Verificou-se na pesquisa que a maior parte dos visitantes (30,4%) têm uma idade compreendida entre 36 e 45 anos, o que caracteriza um perfil de turistas jovens e adulto, observou-se ainda que 47,8% possuem nível do ensino superior, 39,1% entre primeiro a terceiro ciclo e os restantes 13% têm um ensino secundário, o que leva a afirmar segundo alguns autores que estes indivíduos são, normalmente, mais recetivos e conscientes das necessidades de conservação ambiental e das atratividades ecoturísticas. Portanto, se orientados, podem apresentar alto grau de comprometimento para a conservação destes locais, favorecendo, ainda, a implantação de projetos de educação ambiental;
8. A maioria destes turistas que visitam a REM têm influência dos amigos e familiares, por outro lado esta atividade turística contribui para o desenvolvimento e diversificação da económico da zona especial da Maputo, apesar de não se fazer sentir na comunidade local, assim como na contribuição do mesmo no acesso a educação e formação profissional;
9. A atividade ecoturística praticada na Reserva Especial de Maputo contribui para o desenvolvimento local, embora esta não se reflète na vida das comunidades pois, a geração de receita para as áreas protegidas, e a criação de emprego para as pessoas que vivem

próximas da REM ainda é insignificante. Por outro lado constatou-se que os funcionários da reserva não possuem a formação em turismo; regista-se o abandono de atividade agrícola por parte dos residentes da reserva para se dedicarem ao trabalho de guia, mesmo sem nenhuma formação; e a falta de infraestruturas turísticas na reserva para fazer face a procura que dia pós dia vai crescendo e tem-se feito promoção de educação ambiental e de consciencialização sobre a conservação, como também tem se consciencializados todos os sujeitos á conservarem estes locais, favorecendo, ainda, a implantação de projetos de educação ambiental.

Considerando em constatação do trabalho recomenda-se:

1. Promover mais atividades que estimulam ao desenvolvimento da região da REM, incentivando o aumento da criação de pequenos e médios negócios, incrementando a produção de bens e serviços e criando empregos e receita locais, de modo a criar um mercado bastante amplo e permanente de turistas estrangeiros e domésticos na região;
2. O estudo para a construção de instalações tradicionais que esteja em harmonia com a paisagem;
3. Formação dos funcionários na área do turismo; e
4. Providenciar créditos agrícola aos residentes da reserva de forma incentivar a não abandonar esta atividade.

## 7. Referencias Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Nunes. Manual de boas práticas desenvolvimento sustentável em PME. Associação Empresarial Portuguesa, 2010.

AMARO, Rogério R. “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, in Cadernos de Estudos Africanos, 2003.

BOO, Elizabet, Planejamento ecoturístico para áreas protegidas in LINDBERG, K. e HAWKINGS, D. (org) Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão, 2002.

BRUSEKE, Franz Josef. A economia da sustentabilidade – o problema do desenvolvimento sustentável in CAVALCANTI, C. (org.) Desenvolvimento e Natureza: estudo para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil. 1994 Disponível no site: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil7pesqui/cavalvanti.rtf> a cessado no 21 de Maio 2014.

BUARQUE, Sérgio C. “Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento”, Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4ª edição.

CARVALHO, M.L. O desenvolvimento local e a Imigração Cabo-Verde: Olhar sobre a comunidade da Cova da Moura. Dissertação em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. Instituto Universitário de Lisboa.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. O ecoturismo como um fenómeno mundial, in LINDBERG, K. e HAWKINGS, D.(org) Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão, 2002.

CORIOLOANO, Luizia Neide M.T. Do Local ao global: O turismo litorâneo Cearense. Campinas, São Paulo.Papirus, 1998.

CISTAC, G. e CHIZIANE, E. Turismo e Desenvolvimento Local: Universidade Eduardo Mondlane & NEAD (Núcleo de Estudos Sobre Administração Publica e Local). Maputo, 2007.

CUNHA, Licínio, Economia e Política de Turismo, Lisboa: Verbo 2006.

Direção Nacional de Áreas de Conservação (DNAC) - Plano de gestão da REM 2010-2014.Maputo, 2009.

DRUMM, Andy e MOORE, Alan. DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO. Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume 1 Copyright © 2003 The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.

FENNELL, David A. Ecoturismo: Uma Introdução, São Paulo. Contexto, 2002.

GUMBE, José Júlio J. Dissertação (Mestrado em População e Desenvolvimento) Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006.

HINTZE, Hélio César. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 57-100, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In BARTHOLO et.al (org) Turismo de Base Comunitaria: diversidade de olhares e experiencias brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LICORISH, Leonard J. e JENKINS, Carson L. Introdução ao Turismo, São Paulo: Elsevier Editora, 2000.

LINDBERG, K. e HAWKINGS, D.(org) Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão. Sao Paulo: Senac, 2002.

LOPES, António Simões. Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição.

MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável: a experiencia do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Senac, 2005.

MARINHO, Alcyane e BRUHNS, Heloisa Turini. (org.), Turismo, Lazer e Natureza, São Paulo: Manole, 2003. 1ª Edição.

MARCONDES, Ayrton Cesar. Ecologia, São Paulo: Atual 1981. 2ª Edição.

MITRAUD, Sylvia. Manual de Ecoturismo de base comunitária-WWF Brasília. 2003.

MITUR, Ministério do Turismo de Moçambique 2006.

MITUR, Princípios para a administração das áreas protegidas em Moçambique, 2006.

MOÇAMBIQUE, Relatório de avaliação sobre implementação da agenda 21 em Moçambique. 2006.

MUCHANGOS, Anicetos Dos. Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais. Maputo 1999.

NTELA, Papucides B.T. Categorias de conservação e gestão de áreas protegidas em Moçambique: “Reserva Especial de Maputo, uma categoria complexa e confusa”. Revista Vitas- Visões Transdisciplinares sobre ambiente e Sociedade. Nº 6, Abril de 2013.

OLIVEIRA, G. B. e SOUZA – LIMA, J.E. (org) O desenvolvimento Sustentável em foco – uma contribuição multidisciplinar/organização, São Paulo. Curitiba, 2006. 1ª edição.

OLIVEIRA, Nuno G. Ecoturismo e Conservação da Natureza, Gaia. Parque Biológico de Gaia, EEM. 2009.

ORAMS, Mark B. (2001), “Types of Ecotourism”, in Weaver, David B., The Encyclopedia of Ecotourism, CAB International, Oxon (UK), pp 23-36.

Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) Aprovada na 15ª Sessão Ordinária de Conselho de Ministros. Maputo. 2004.

PIRES, Paulo dos Santos, Dimensão do Ecoturismo, 1ª edição, São Paulo: Editora SENAC 2002. WEARING, S. NEIL J. Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades, São Paulo: Manole. 2001.

POPP, José Henrique. Geologia Geral, Rio de Janeiro: LTC. 2004. 5ª Edição.

REIS, Paula. Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. 2012. exedra nº 6 disponível no site [www.exedrajournal.com/docs/N6/10-Edu.pdf](http://www.exedrajournal.com/docs/N6/10-Edu.pdf) acessado no dia 5 de setembro 2014

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 3ª Edição.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria M.M. Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Senac, 2006.

SILVA, A.S. Desenvolvimento Local e Animação Turística, in PERES e LOPES. Animação Turística, 2009.

SPINOLA, Carolina A. RDE – Revista de Desenvolvimento Economico. Ano VIII. Nº 13, Janeiro 2006. Salvador, BA. Disponível em [revista.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/75/79](http://revista.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/75/79)

SOUZA, Nali de Jesus de, Desenvolvimento Economico.1995,

SOUZA, L.H. A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal. Tese de Mestrado em Economia, Gestão e Engenharia Industrial – Universidade de Aveiro.2006, 207 pp.

VASCONCELOS, Marco António; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

VILLAVERDE, Sandoval, Refletindo sobre Lazer/Turismo na Natureza, Ética e relações de amizade, in Turismo Lazer Natureza, 2003.

WEARING, e NEIL John, Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades, Manole 2001.

Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento\* - FAE disponível no site: [www.fae.edu/publicações/pdf/revista\\_da.../uma](http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista_da.../uma) discussão consultado no dia 3 de Maio 2014.

[www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/296/1/0%/20Desenvolvimento%Local](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/296/1/0%/20Desenvolvimento%Local).

Turismo e Sustentabilidade – Revistas Científico – culturais. Disponíveis no site: [Revistas.ulsofona.pt/index.php/jts/articule/viewFile/506/409](http://Revistas.ulsofona.pt/index.php/jts/articule/viewFile/506/409). Consultado no dia 30 de Abril 2014.

[www.academia.edu/.../Areas-Protegidas](http://www.academia.edu/.../Areas-Protegidas) - Factor de Desenvolvimento local e Polo de atração.consultado no dia 20 de Maio 2014.

[www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios.../gt06-11.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios.../gt06-11.pdf)

## Apêndice

## Apêndice 1: Questionário para população residente na Reserva e na zona tampão

Instituto Superior da Maia

Mestrado em Turismo, Património e Desenvolvimento

### Questionário para população residente na Reserva e na zona tampão

Estimado Senhor (a), o presente questionário tem como objectivo obter informação relacionado com a importância da atividade ecoturística praticada na reserva especial de Maputo na melhoria das condições socioeconómicos das populações residentes nesta zona, por razão de ética o seu nome não será divulgado e as informações por si fornecidas serão apenas para esta pesquisa. Antecipadamente agradecemos a sua colaboração que poderá nos ser útil.

Idade \_\_\_\_\_

Sexo ( )

Habilitações literárias:

Ensino Primário ( ) Ensino Secundário ( ) Ensino Superior ( )

Local de residência \_\_\_\_\_

Qual a sua situação profissional?

Estudante \_\_\_ Domestico-a) \_\_\_ Empregado +a) \_\_\_ Desempregado (a) \_\_\_

Reformado(a) \_\_\_ Outro. Indique-o \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Acha que o turismo é importante para o desenvolvimento deste local?

Sim( ) não ( )

A sua atividade profissional é ligada ao turismo? Sim ( ) Não ( )

Qual é o impacto da atividade turística desenvolvida na Reserva? Por favor utilize a escala de 1 a 5 (pontos) segundo a tabela abaixo para responder à pergunta: discorda totalmente,

discorda, Indeciso, concorda, concorda totalmente. É importante, (Em cada linha, assinale com circulo o número que melhor reflete a sua opinião).

## **Apêndice 2: Questionário destinada aos visitantes a Reserva Especial de Maputo**

Instituto superior da Maia

Mestrado em Turismo, Património e Desenvolvimento

### **Questionário destinada aos visitantes a Reserva Especial de Maputo**

Estimado Senhor (a), o presente questionário tem como objetivo obter informação relacionado com a importância da atividade ecoturística praticada na zona especial de Maputo na melhoria das condições socioeconómicos das populações residentes nesta zona, por razão de ética o seu nome não será divulgado e as informações por si fornecidas serão apenas para esta pesquisa. Antecipadamente agradecemos a sua colaboração que poderá nos ser útil.

Idade\_\_\_\_

Sexo\_\_\_\_\_

Pais de residência \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ou 2º Ciclo ( )

3º Ciclo ( )

Ensino Secundário ( )

Ensino Superior ( )

Qual a sua ocupação atual?

Estudante ( )

Domestico+a) (\_\_\_\_)

Empregado +a) ( )

Desempregado (a) ( )

Reformado(a) ( )

Outro. Indique-o \_\_\_\_\_

Quantas vezes já visitaram esta Reserva?

( ) vezes

Com quem está a visitar a Reserva?

Sozinho ( )

Com a família ( )

Com amigos ( )

Em grupo organizado ( )

Qual é o principal motivo da visita a Reserva:

Assinale com X os itens seguintes.

Descanso	
Lazer	
Curiosidade	
Estar próximo da natureza	
Conhecer outras culturas	
Saúde	
Religião	
Ter uma experiência que envolve desafios	
Promover a educação ambiental	

Qual é o meio de propaganda o (a) influenciou a visitar esta Reserva?

Sugestão de amigos ou familiares ( )

Sugestão de agências de viagem ( )

Internet ( )

Outros ( ) Quais? \_\_\_\_\_

Qual foi o local de alojamento durante a sua estadia?

Hotel ( )

Guest House ( )

Tenda de campismo ( )

Outros: indique \_\_\_\_\_

De forma geral como classifica a Reserva?

Muito satisfeito ( )

Satisfeito ( )

Menos satisfeito ( )

## Anexo

**Anexo 1: Opções escolhidas nas afirmações relacionadas com Contribuição do ecoturismo no desenvolvimento local**

1	Contribui para criação do emprego	11	18	1	26	5
2	Aumento do rendimento dos residentes da Reserva	7	21	3	17	8
3	Promove o desenvolvimento das atividades económicas locais	5	13	2	21	2
4	Promove oportunidades para a diversificação económica local	6	9	4	20	4
5	Contribui para a diversificação e qualidade dos serviços oferecidos localmente	5	11	6	28	3
6	Permite a melhoria das vias de acesso	7	23	7	11	5
7	Permite a melhoria de infraestruturas locais (ex: escola e outros)	5	9	1	33	5
8	Aumento do preço dos produtos básicos	2	10	2	32	7
9	Aumento da poluição (ex: das águas das praias, lagoas e sonora)	13	15	6	10	9
10	Aumento da caça furtiva	7	21	11	10	4
11	Degradação do ambiente natural (ex: praias flora)	13	21	3	12	3
12	Alterações nos solos e no comportamento nas espécies	19	7	9	13	5
13	Aumento das vendas de produtos locais (ex: artesanato)	7	9	5	25	6
14	Abandono do cultivo dos campos	2	7	2	33	9
15	Aumento da pesca ilegal	9	19	7	11	9
16	Alteração dos hábitos, costumes e modos de vida da comunidade	13	17	5	14	4

17	Aumento da criminalidade (ex: assaltos, violência)	12	19	2	11	9
18	Aumento de doenças endêmicas (ex: HIV sida)	17	11	5	13	7
19	Aumento de investimentos na Reserva	5	9	3	26	11
20	Reduz os conflitos homem/animal	7	23	5	13	5
21	Estimula o espírito empresarial dos jovens no desenvolvimento de artes e ofícios locais (artesanato)	6	8	2	23	14
22	Promove o acesso à educação e à formação profissional dos residentes na Reserva	11	21	6	12	3
23	Promove o envolvimento das comunidades na gestão da Reserva	9	17	8	15	4
24	Contribui para o desenvolvimento da agricultura	14	20	5	11	3
25	Perturba os percursos migratórios de animais selvagens	11	19	3	12	8

